

A 'ESCOLA METÓDICA'

GLAYDSON JOSÉ DA SILVA
Seleção de textos, tradução e organização

LEANDRO KARNAL
Apresentação

textos Didáticos
nº 61 - JULHO de 2006

TEXTOS DIDÁTICOS
IFCH/UNICAMP
Setor de Publicações

ISSN 1676-7055

Diretor: Prof. Dr. Arley Ramos Moreno
Diretora Associada: Prfa. Dra. Nádia Farage
Comissão de Publicações

Coordenação Geral: Profa. Nádia Farage
Coordenação da Revista Idéias:
Prof. Dr. Márcio B. Naves
Coordenação da Coleção Idéias:
Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari
Coordenação da Coleção Trajetórias:
Prof. Dr. Alvaro Bianchi
Coordenação das Coleções Seriadadas:
Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques
Coordenação da Monografia, Cadernos da
Graduação e cadernos do IFCH:
Prof. Dr. Ronaldo de Almeida

Representantes dos Departamentos: Prof. Dr. Ronaldo de Almeida - DA, Prof. Dr. Alvaro Bianchi - DCP, Prof. Dr. Pedro Paulo A. Funari - DH, Prof. Dr. José Oscar de Almeida Marques - DF e Prof. Dr. Márcio Bilhatinho Naves - DS

Representantes dos funcionários do setor: Maria Cimélia Garcia, Sebastião Rovaris e Magali Mendes.

Representantes discentes: Fábio Scherer e Eugenio Braga (pós-graduação) e Renato César Ferreira Fernandes (graduação)

Textos Didáticos / Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. n.1 (1990) - . - Campinas: UNICAMP/ifch, 1990. 84p.

2006 (61)
ISSN 1676-7055
Tradutor: Glaydson José da Silva
Título da capa: A Escola Metódica

1. Escola metódica. 2. História. 3. Metodologia.
I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. II. Título.

CDD 913.031

Catálogo na Fonte - Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP - CRB nº 08/5124/ Sandra Ferreira Moreira

Setor de Publicações: Maria Cimélia Garcia, Magali Mendes e Maria Lima.
Gráfica: Sebastião Rovaris, Marcos J. Pereira, Marcilio Cesar de Carvalho e José Carlos Diana.

Endereço para correspondência:
IFCH/UNICAMP - Setor de Publicações - Textos Didáticos
Caixa Postal: 6110 - CEP: 13083-970 - Campinas - SP

Tel. (019) 3788.1604/1603 - Fax: (019) 3788.1589
<http://www.ifch.unicamp.br/pub> - morewa@unicamp.br

SOLICITA-SE PERMUTA
EXCHANGE DESIRED

SUMÁRIO

Apresentação

- Os paradoxos de Clio – ambigüidades da memória 05
Leandro Karnal
- Introdução 13
Glaysdon José da Silva
- Avant-propos. Revue Historique – Tome Premier, 1876.
Prefácio. Revue Historique – Tomo I, 1876. 21
Gabriel Monod e Gustave Charles Fagniez
- Introduction. Du progrès des études historiques en
France depuis le XVI^e siècle. Revue Historique –
Tome Premier, 1876.
Introdução. Do progresso dos estudos históricos
na França desde o século XVI
Revue Historique – Tomo I, 1876. 27
Gabriel Monod
- Avertissement. Introduction aux études
historiques. 1898.
Advertência. Introdução aos estudos históricos. 1898. 63
Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos
- Introduction aux études historiques. Compte
rendu de Charles-Victor Langlois et Charles
Seignobos. 1898.
Introdução aos estudos históricos. Resenha de
Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos. 1898. 73
François Simiand

Os paradoxos de Clio – ambigüidades da memória

Prof. Dr. Leandro Karnal¹

Apresentação

I

Coube-me a boa tarefa de apresentar duas traduções do Dr. Glaydson José da Silva. Apesar de terem sido elaboradas com um propósito didático, superam um hiato fundamental na nossa área. Analisar esta lacuna destaca um dos grandes paradoxos de uma área que se dedica à memória, a História, pois também Clio vive de ondas sucessivas de amnésia.

Apesar de um brilhante começo na Grécia antiga, a História como campo profissional de conhecimento é um fato do século XIX. A Revolução Francesa no fim do século anterior; a ascensão dos nacionalismos e de novas ondas revolucionárias em 1830 e 1848; o movimento romântico nas artes; o surgimento de países novos como Itália e Alemanha; a luta de independência de nações contra governos multinacionais (como poloneses contra russos ou gregos contra otomanos) e a decifração de escritas como a egípcia e a cuneiforme colaboraram para tornar o XIX o “século da História”.

¹ Departamento de História - IFCH

O entusiasmo pelo campo histórico tornou o XIX o século dos documentos. Na França, um decreto de 1821 criava a *École Nationale des Chartes*, que consagraria uma longa tradição de paleografia e pesquisa arquivística. Claro que a crítica documental era anterior, podendo ser relacionada tanto à atividade do humanista Lorenzo Valla no século XV como aos bolandistas, com destaque para o Abade Mabillon. Porém, no século XIX, no leito caudaloso dos nacionalismos, ela foi acompanhada de uma explosão de “*Monumentas*” com coletâneas de documentos considerados importantes para explicar cada “*Nação*”. *Coerentemente, o Estado, que desde o início da escrita foi um grande produtor de documentos, torna-se o organizador de arquivos e publicações para preservar documentos históricos. Conservar e organizar documentos passa a ser uma função muito ligada ao poder do Estado.*²

Homens de Estado como François Guizot (1787-1874) dedicaram-se a anos de estudo e de pesquisa histórica. Algumas ações do ministro Guizot dialogam com o historiador: “Comissão dos Monumentos Históricos” e fundação da “Escola Francesa de Atenas”. Da mesma forma, os textos e palestras do romântico Jules Michelet (1798-1874) são, com frequência, debatidos com paixão política nos jornais e nas ruas. Historiadores ministros e pesquisadores do passado em grandes debates políticos: o XIX parecia destinar às luzes do prosclênio o mesmo local de destaque que o XVIII dera à Filosofia.

É preciso levar em conta tais paixões nacionais e políticas para entender a novidade de Leopoldo von Ranke (1795-1886). Sempre lembrado por um *slogan*, o objetivo do historiador deveria ser mostrar o que “de fato aconteceu” (*wie es eigentlich gewesen*), foi relegado a esta idéia pelo senso comum sempre apto a captar frases feitas e pouco inclinado à leitura

² KARNAL, Leandro et TATSCH, Flavia Galli. “A Memória Evanescente – documentos e História” In_ KARNAL, Leandro et FREITAS NETO, José Alves *A Escrita da História – interpretações e análises documentais*. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2004. p. 55

sistemática de textos. A memória de Ranke foi produzida sobre esta idéia isolada e descontextualizada, o que está ao lado de associações como “os fins justificam os meios”, de Maquiavel. Ao contrário do florentino que jamais escreveu isto, a frase de fato pertence a Ranke, mas deve ser entendida não apenas na constituição axiomática da escola metódica, mas como uma inovação, como um desejo (nem sempre cumprido) de constituir um anteparo às paixões políticas que dominavam a História como campo de conhecimento. A frase rankeana hoje lida apenas como uma “ingenuidade epistemológica” foi idealizada como um desejo de uma História menos partidária, menos conjuntural, menos fiel ao gabinete no poder e um pouco acima da epiderme dos fatos.

Além das paixões políticas citadas, é preciso entender a luta destes historiadores para que não fossem confundidos com autores literários. Pessoas tão opostas como Fustel de Coulanges ou Jules Michelet ficam perturbados quando são elogiados como literatos. Langlois e Seignobos chegam a datar, em 1850, o momento em que a História deixou de ser um “gênero literário”. Ao mesmo tempo, os autores do famoso manual recomendavam que “havemos sempre de repetir que o historiador, dada a extrema complexidade dos fenômenos que deve tratar, não tem o direito de escrever mal. Deve sempre escrever bem, sem, contudo, usar de linguagem domingueira”³.

O mesmo desejo de liberdade e isenção aflora no clássico de Fustel de Coulanges (1830-1889): *A Cidade Antiga*. Foi publicado originalmente em 1864. É mais comum hoje o debate sobre seus críticos, como Gustav Glotz, do que sobre o texto original de Coulanges. Tal como Ranke, foi decidido que Fustel era um “metódico” e constituiu-se a única unanimidade entre todos os historiadores: não deve ser analisado. Há marxistas e há seguidores da Nova História, há os adeptos do método de análise cultural e os adeptos

³ LANGLOIS, Ch. V. et SEIGNOBOS, Ch. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Editora Renascença, 1946. p. 220

de métodos demográficos, mas todos parecem constituir um único e monolítico batalhão em torno da idéia: “escola metódica” não deve ser analisada. Foi necessária a obra analítica de François Hartog: *O Século XIX e a História – o caso Fustel de Coulanges*⁴ para que pudéssemos lançar um olhar mais renovado e denso sobre o professor de Estrasburgo.

Em suma, há uma certa amnésia sobre o momento fundacional da historiografia como profissão no XIX. A Escola Metódica e seus próceres foram desqualificados apenas como uma onda conservadora, uma pretensão cientificista do século das grandes racionalizações. O esforço de muitos dos autores do período em constituir um campo respeitado dentro do rol do que se acreditava então um pensamento científico, a luta por uma metodologia clara e apresentada então sob a roupa isenta de vestal científica, o debate sobre a distinção entre o campo literário e o histórico parecem ter sido soterrados por uma crítica única: os metódicos acreditavam no documento político e que isso seria capaz de reconstruir o passado tal como ele tinha sido. Maldição de Saturno invertida: ao matar os pais continuamos fazendo da reflexão metódica do XIX a mais comum crítica atual a um livro ou tese: “a data está errada”, “o documento é incongruente” ou o “dado está equivocado”. Em suma, absorvemos o *Geist* e rejeitamos a nomenclatura.

II

Perfeitamente inserida no esforço do século XIX, surge, em 1876, a *Revue Historique*, dirigida por Gabriel Monod (1844-1912) e Gustave Charles Fagniez (1842-1927). O Artigo de Monod que inaugura a Revista traça um longo recorte sobre o “progresso” dos estudos históricos na França desde o século XVI. Monod era protestante, republicano e tornou-se feroz defensor de Dreyfus no fim do XIX. No texto, enumera o quanto a paixão política e religiosa perturbou a busca da “verdade”, que, naturalmente, na sua

⁴ Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003. Original francês de 1998.

concepção, não implicava aspas. Afirmava, à guisa de dogma, que a Revista fora fundada para permanecer independente de toda opinião política e religiosa. Os autores não professariam nenhum credo dogmático nem estariam sob responsabilidade de nenhum partido para conservar a perfeita “independência de espírito e nunca abandonar seus direitos de criticar e julgar”⁵. Reafirmando até o fim que a verdade seria seu objeto de fato, ele termina com uma afirmação tão comum no XIX e hoje tão estranha: o objetivo final estava na grandeza da pátria e no progresso do gênero humano.⁶ É um sinal curioso que tenhamos hoje insistido tanto no recorte nacionalista e na crença de progresso e diminuído tanto a pretensão de Gabriel Monod em livrar a tarefa do historiador de paixão partidária e religiosa.

O manual de Charles Langlois (1863-1929) e Charles Seignobos (1854-1942) surgiu em 1898 (*Introduction aux études historiques*). Durante anos seria a grande referência dos estudos históricos na França. Sua influência enorme explica a crítica furiosa de Lucien Febvre e March Bloch. No caso de Bloch a crítica parece ser ainda mais compreensível levando-se em conta que ele trabalhava numa universidade (Estrasburgo) onde o manual tinha muito influência e onde outro grande metódico, Coulanges, era referência obrigatória.

Langlois era um medievalista com uma profunda preocupação com a crítica documental. Ele enfatizava a necessidade de treinamento dos estudantes para lerem, no original, os abundantes registros medievais. Desde 1887, quando publicara ainda muito jovem *Le Règne de Philippe III le Hardi*, tinha inovado no tratamento sobre o século XIII e a concepção de um período. A característica permaneceu até o fim da vida, quando publicou sua *La Vie en France au moyen âge, de la fin du XII^e au milieu du XIV^e siècle*, 3 vol.

⁵ MONOD, G . *Revue Historique*. Première Année, Tome Premier, Janvier à Juin 1876 Paris: Librairie Germer Balillière et Cie 1876. p. 37.

⁶ MONOD, G . *Revue Historique*. Première Année, Tome Premier, Janvier à Juin 1876 Paris: Librairie Germer Balillière et Cie 1876. p. 38

(1925–27), em muitos sentidos uma grande história do cotidiano e de hábitos culturais.

Seu amigo Seignobos, formado com distinção na França e tendo passado longo período na Alemanha, insistia no seu *La méthode historique appliquée aux science sociales* (1901) sobre a necessidade do historiador tratar mais sociologicamente seu fato, destacando crenças e vida cotidiana. Curiosamente, este seria o manifesto de seus detratores, que acusavam Langlois e Seignobos de constituírem apenas uma crença ingênua e descabida no político e na objetividade do historiador, sem prestarem o tributo à geração que tinha indicado o caminho que resultaria em “Reis Taumaturgos” e na “Religião de Rabelais”.

III

Há nos metódicos do XIX uma ligação direta com a constituição da crítica documental, que, diferente de nós, eles entendiam num sentido muito mais estrito do termo. Diante da explosão científica do século XIX, pesquisadores de humanas tentaram garantir o mesmo estatuto de ciência clara e precisa que a nascente química e outras áreas estavam adquirindo. No seu gesto apaixonado, com freqüência, ignoraram os subjetivismos e as interferências do historiador na elaboração da análise do documento. Ao contrário de Ranke e de outros, não acreditamos mais apenas no documento escrito, político, de grandes nomes e acreditamos menos ainda numa historiografia precisa, absoluta e clara a partir de documentos verdadeiros. Porém, continuamos, tal como os homens do XIX, a acreditar na importância documental como fonte básica da História. O documento passou a ser um fragmento, inevitavelmente limitado. Porém, toda a crítica do materialismo histórico e dos *Annales* só pode ser entendida a partir da clara apreensão das propostas anteriores. Seria o supremo e indesejável paradoxo das atividades do Filhos de Clío que negássemos a importância do conhecimento do passado exatamente no ponto em que, graças a pesquisas e atividades do passado, conseguimos transformar nossa visão do método histórico.

Assim, só resta louvar a iniciativa de Glaydson José da Silva. Num período em que se usa tantos comentários de segunda mão sobre uma escola e tão pouco textos originais, traduzir fontes é tornar acessível a esta geração mais anglófona que francófona uma possibilidade de constituir um pensamento original e bem embasado. Sabemos que muitas das afirmações do XIX não se sustentam: entender como elas perderam esta sustentação é entender como funciona a constituição da memória. Amnésia é o primeiro defeito estrutural para um historiador. Pensar por *slogans* e sem textos formativos é o segundo. Nesta tradução há chance de se evitar os dois.

Introdução

Glaydson José da Silva¹

Muito citados e pouco conhecidos. Assim pode-se dizer dos textos ora apresentados. Um grande número de historiadores e estudiosos das teorias e métodos históricos, que se insurgiram contra a *Escola Metódica*, em seu contexto ou naqueles dos *Annales* e de sua posteridade, certamente tomou contato com esses textos paradigmáticos da história da disciplina. Contudo, o 'lugar' que ocuparam e ocupam na história do pensamento histórico conferiu-lhes, paradoxalmente, uma espécie de ostracismo, tendo subsistido, na epistemologia histórica, sempre por vias indiretas, nas alusões, nas citações indiretas e nas citações das citações. Que aluno, da minha geração, que tenha freqüentado boas universidades e tenha tido um aproveitamento profícuo de seus cursos de teoria e metodologia da história, não associaria as críticas de Lucien Febvre e Marc Bloch aos pressupostos teórico-metodológicos de Langlois e Seignobos? A resposta é unânime – todos! Contudo, poucos foram aqueles que tiveram acesso direto a textos/documentos dos historiadores ditos metódicos, contrariamente ao que aconteceu com a produção intelectual da *Escola dos Annales*, ou da *Nova História*, muito mais recente e muito mais difundida.

Erroneamente confundida com a escola positivista, pela suposta partilha de algumas concepções e procedimentos, a *Escola Metódica* se

¹ Pós-doutorando do Departamento de História – IFCH. Bolsista FAPESP.

constitui de um conjunto de historiadores fortemente marcados pela derrota de 1870 e pela pesquisa histórica alemã, fatores esses que muito influenciaram o pensamento histórico francês no contexto da III República. A derrota do exército francês para o exército alemão marca, além de um trauma na história do país, uma ruptura na historiografia francesa do período, conferindo à nação não só a necessidade de uma segunda origem, construída em torno do imaginário de heróis nacionais (Vercingetórix, por exemplo, torna-se, para os pedagogos da III República, a expressão individual máxima do espírito coletivo²), mas, também, a necessidade de novos imperativos nas formas de se representar a história nacional, fundando ou re-fundando identidades. Ao lado da derrota francesa figura, entre os mais importantes referenciais constitutivos da *Escola Metódica*, a influência advinda do pensamento histórico alemão; muitos dos principais historiadores franceses da segunda metade do século XIX realizaram seus estudos na Alemanha, dentre eles, Gabriel Monod, Charles Seignobos e Ernest Lavisse. A influência destes historiadores, formados em meio a grandes eruditos, como Theodor Mommsen, manifestar-se-ia na formação das futuras gerações de historiadores franceses, explicitada em sua produção acadêmica e de vulgarização.

O ‘nascimento’ da *Escola Metódica* é comumente datado da publicação do primeiro número da *Revue Historique*, em 1876, sendo considerado seu *Avant-propos*, assinado por Gabriel Monod e Gustave Charles Fagniez, um texto fundador de seus pressupostos. Vinte e dois anos depois (1898), Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos publicariam sua *Introduction aux études historiques*, texto clássico e representativo dos metódicos e grande tributário dos ideais de Monod e Fagniez, constituindo-se no manual formador de

² Ele aparece como “a força tranqüila” da história da França: *ele se rende diante de César, mas não foi humilhado; ele perdeu uma batalha travada contra o maior capitão de seu tempo, perdeu a guerra, mesmo, mas preservou, aos olhos dos pedagogos republicanos, traumatizados pela “ruptura” de 1870, o essencial: a honra da França vencida; da França, pois em si mesma a Gália de Vercingetórix não existe mais que em relação à França eterna* (AMALVI 1984: 285). É no contexto pós 1870, também, que a imagem de Vercingetórix como resistente à conquista romana toma forma, marcando, na história nacional francesa, o seu ‘nascimento’ como herói.

gerações sucessivas de historiadores. O adjetivo metódica não é, de nenhum modo, destituído de significação, mas, pelo contrário, muitíssimo sintomático – resume as preocupações de uma escola intelectual que atribui ao rigor do método a única maneira de se chegar ao conhecimento histórico. *A escola metódica quer impor uma investigação científica afastando qualquer especulação filosófica e visando a objetividade absoluta no domínio da História; pensa atingir os seus fins aplicando técnicas rigorosas respeitantes ao inventário das fontes, à crítica dos documentos, à organização das tarefas na profissão* (BOURDÉ & MARTIN 1983: 97). Como toda escola intelectual que se pretende paradigmática, os metódicos buscam, na crítica e no rompimento com aqueles de seu *métier* que os precederam, a fundamentação de seu *modus faciendi*, pleiteando a constituição de uma história não esvaziada de significado. Uma história onde a existência dos documentos, sobretudo dos documentos escritos, a ausência da parcialidade e o rigor do método são os requisitos imprescindíveis da empresa e dos procedimentos científicos. Se, por um lado, esses requisitos foram estabelecidos pelos idealizadores da *Revue Historique*, sua divulgação e posteridade é devida, em grande parte, ao impulso historiográfico da “*Introduction aux études historiques*” e à relevância que confere à formação dos historiadores, na busca de uma distinção constante, pelo método, de historiadores como Michelet e outros românticos.

Para além da pesquisa acadêmica, a influência dos historiadores metódicos se faz sentir fortemente na educação, em todos os níveis de ensino, espaço de expressão máxima de seus pressupostos e de suas contradições. Dentre estas, talvez a mais relevante seja aquela que apregoa o distanciamento do objeto e das influências contemporâneas em sua análise, em franca contraposição aos desdobramentos da escola metódica e, talvez, já em seu gérmen. Sintomaticamente, Monod e Fagniez concluem seu *Avant-propos* assumindo ser a tarefa da história dar ao país “*a unidade e a força morais das quais ele tem necessidade, em lhe fazendo (...) conhecer suas tradições históricas e compreender as transformações que elas acarretaram*”. Ligada ao trauma da derrota de 1870, essa proposição é bem representativa de uma certa concepção de História que perdurou na historiografia francesa

e a caracterizou por muito tempo - em seus embates de memória e de história -, aquela que tem uma ligação umbilical com a identidade da nação. A escola é, nesse ponto, o *locus* privilegiado de difusão dos valores nacionais, em parte pela grande importância que a história e a memória nacionais, principalmente a memória histórica, ocupam no pensamento e na historiografia franceses, na constituição da identidade nacional e/ou na constituição da idéia de Estado-nação. Como observa Daniel Milo (1997: 2114), “na França a escola está no coração dos debates ideológicos (...) e é em torno dela que se constitui a elite intelectual e política do país”. Do ensino primário àquele das universidades, a educação é reformada durante a III República, sob os influxos da *Escola Metódica*. Manuais como o simbólico *Introduction aux études historiques* ou o *Petit Lavis*, este voltado para o ensino de história no primário, marcam as reformas educacionais e pretensões da disciplina histórica no período. Objeto de programas educacionais e legislações específicas, é necessário considerar que esses manuais visam a instauração de uma certa *ordem*, sugerindo interpretações históricas do momento em que foram produzidos³. Depositários de um conteúdo educativo, os manuais constituem o meio pelo qual são propostas leituras *oficiais* da história, guardando esse caráter comum, apesar de suas inúmeras variações: para escolas primárias, secundárias, laicas, confessionais, etc.

A escola e o ensino de história devem nutrir o sentimento nacional, bem descrito na clássica obra *Histoire de France*⁴, publicada entre 1900 e 1912 por Ernest Lavis. Para Lavis, “cabe à história o glorioso dever de fazer amar e compreender a pátria dos antepassados gauleses e das glórias

³ Isso não nega, contudo, as diferentes apropriações inerentes ao ato de ler e atribuir significados à leitura. O livro escolar veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanação, participando, assim, estreitamente do processo de socialização, de construção cultural e até pode se dizer de doutrinação das crianças e jovens (GAETA 2004:227-228).

⁴ “O próprio título - a *História da França* - atesta que o estudo privilegia como objeto um Estado-nação que se supõe que existe desde o tempo de Clóvis até a época de Luís XVI - *a fortiori* até aos governos de Gambetta, Ferry ou Clemenceau” (BOURDÉ & MARTIN 1983: 106).

nacionais” (NORA 1962: 102-103). Essa perspectiva republicana se assenta na crença de que a educação ocupa um papel significativo no projeto nacional. Como observa Suzane Citron (1984: 27), os *republicanos tinham a convicção sincera de que a educação do povo era uma necessidade, um dever, uma vocação imperiosa da democracia. Positivistas, discípulos de Auguste Comte, idealistas kantianos, Jules Ferry, Littré, Gambetta, Ferdinand Buisson, Paul Bert, Leon Bourgeois, Emile Durkheim, Ernest Lavissee e tantos outros, todos crêem na educação. Alguns criaram escolas do povo, ao lado dos liceus particulares e burgueses, mas é de se suspeitar de suas intenções e da sinceridade de suas convicções. Para os tenentes do positivismo o ensino era inseparável da educação e seria a base da regeneração da humanidade.*

Presentes em todo universo intelectual francês, particularmente entre 1886 e 1929 (mas, também, até a ruptura de 1940 e seus desdobramentos historiográficos), os historiadores metódicos dirigem grandes coleções de História (*Histoire de France* – E. Lavissee; *Histoire Générale* – A. Rambaud; *Peuples et civilisations* – L. Halphen e Ph. Sagnac, etc.), participam das reformas do ensino, formulando propostas e programas, atuam, enfim, de modo expressivo, na obra escolar da III República. Ocupando cátedras em importantes universidades e altos cargos junto ao poder público, os metódicos muito contribuem para a difusão de seus axiomas, nem sempre incólumes de críticas em seu próprio contexto, como o exemplifica a crítica erigida pelo economista, sociólogo e historiador François Simiand – o denunciante dos três ‘ídolos da tribo dos historiadores’⁵ (político, cronológico e individual) – a Langlois e Seignobos. É sob a injunção desta análise que se estabelecerá, posteriormente, a crítica da *Escola dos Annales* à *Escola Metódica*, fundando, ambas – a crítica e os *Annales* -, paradigmas rupturais

⁵ Em SIMIAND, François. *Méthode historique et science sociale. Revue de Synthèse Historique*, 06, 1903 pp. 129-157. Este artigo corresponde à segunda parte do texto *Méthode historique et science sociale. Étude critique d’après les ouvrages récents de M. Lacombe et M. Seignobos*, publicado no mesmo número da revista, às páginas 01-22. Este trabalho foi replicado na íntegra na revista *Annales*, no número de janeiro-fevereiro de 1960.

na história da disciplina. Crítico da história historicizante, discípulo de Durkheim, Simiand aportará aos historiadores de sua geração a importância da história e da economia para a compreensão dos fenômenos sociais.

Para finalizar, fica aos leitores a tradução dos textos referidos, com a expectativa de que possam contribuir para a formação de profissionais informados e críticos, e não reprodutores de opiniões e conceitos de segundas e terceiras mãos. E que esta iniciativa seja, pretensiosamente, tomada também como uma ‘necessidade de conhecimento’ face às metamorfoses da história como disciplina; e que coadune com a consciência de que o historiador produz, com seu ofício, espaços, tempos, indivíduos e práticas, ao passo em que ele próprio se encontra inserido em contextos e conjunturas específicas. Esta consciência tem aportado, desde algumas décadas, significativas mudanças para a epistemologia da História. A convicção por parte de muitos historiadores da cultura, mas não só, de que os objetos são criados, constituídos, e de que o historiador é também uma espécie de narrador tem conferido um deslocamento da acentuação de grandes paradigmas explicativos para uma História que se quer mais plural, mais diversa. Esse rompimento com modelos normativos e homogeneizadores traz, em seu bojo, uma visão mais ampla da complexidade dos processos sociais, propondo novas relações da ciência histórica com o tempo, com os fatos, com a realidade, com as tradições. Atentar para a representatividade dos textos ora apresentados conduz não somente a um maior conhecimento do momento que os gerou, mas, também, dos desdobramentos das metamorfoses da disciplina e suas implicações para com o conhecimento histórico atual⁶.

⁶ Os originais utilizados para as traduções apresentadas dos fragmentos do primeiro número da *Revue Historique* foram extraídos de versão original da revista, digitalizada e apresentada para consulta pela Bibliothèque Nationale de France; os textos de Langlois e Seignobos e de François Simiand foram extraídos da biblioteca digital *Les classiques des sciences sociales*, da Université du Québec, em Chicoutimi. Adotou-se, para todos os textos, um modelo de tradução menos livre, com o intuito de propiciar ao leitor uma aproximação maior do pensamento dos autores traduzidos. A materialidade textual (opções que podem atribuir significados valorados ao texto - letras maiúsculas, minúsculas, itálico, negrito, etc.) foi preservada.

Referências Bibliográficas

- AMALVI, Christian. De Vercingétorix a Asterix, De la Gaule a De Gaule ou les métamorphoses idéologiques et culturelles de nos origines nationales. *Dialogues de Histoire Ancienne*, 10, 285-318, 1984.
- BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.
- CITRON, Suzane. *Le Mythe national*. L'histoire de France en question. Paris: E.D.I., 1984.
- GAETA, Maria Aparecida Junqueira Veiga. Os manuais para alfabetização e o seu desvelar para o mundo da leitura e da escrita. In: FILHO, Oziris B., GAETA, Maria Ap. J. Veiga. *Língua, Literatura e Ensino*. Ribeirão Preto: Ribeirão Gráfica e Editora, 2004.
- MILO, Daniel. Les classiques scolaires. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997. v. 2 pp. 2085-2155.
- NORA, Pierre. Ernest Lavissee: son role dans la formation du sentiment national, *Revue Historique*, 228, 1962, pp.74-97

Prefácio. *Revue Historique* – Tomo I, 1876.

Gabriel Monod e Gustave Charles Fagniez

Os estudos históricos assumem, em nossa época, uma importância sempre crescente, e torna-se cada vez mais difícil, mesmo para os sábios da profissão, manterem-se a par de todas as descobertas, de todas as pesquisas novas que se produzem cada dia neste vasto domínio. A este respeito, cremos responder aos desejos de uma grande parte do público letrado, em criando, sob o título de *Revue historique*, uma coletânea periódica destinada a favorecer a publicação de trabalhos originais sobre as diversas partes da História, e a fornecer ensinamentos exatos e completos sobre o movimento dos estudos históricos nos países estrangeiros assim como na França.

Ao lado de revistas especiais que, como a *Revue Archéologique* ou a *Bibliothèque de l'Ecole des Chartes*, procuram elucidar pontos particulares da história da Antiguidade ou da Idade Média, temos a intenção de criar uma Revista de história geral, endereçada a um público maior, mas aplicando a questões as mais variadas a mesma imparcialidade de espírito. Temos a intenção de oferecer um campo de trabalho comum a todos aqueles que, quaisquer que sejam suas tendências particulares, amem a história por ela mesma, e dela não fazem uma arma de combate para a defesa de suas idéias religiosas ou políticas. Neste ponto, deixamos inteiramente a nossos colaboradores a liberdade e a responsabilidade de suas opiniões pessoais, pedir-lhes-emos evitar as controvérsias contemporâneas, tratar os assuntos dos quais eles se ocupam com o rigor do método e a ausência de parcialidade que exige a ciência e de, neste ponto, não procurar argumentos para ou contra doutrinas que não estejam diretamente em questão.

Nós não faremos então nem obra de polêmica nem obra de vulgarização, sem que, portanto, nossa revista seja uma coletânea de pura erudição. Ela não admitirá mais que trabalhos originais e de primeira mão, que enriqueçam a ciência, seja pelas pesquisas que serão a base, seja pelos resultados, que serão a conclusão; mas sempre aí reclamando de nossos colaboradores procedimentos de exposição estritamente científicos, onde cada afirmação seja acompanhada de provas, de reportagem às fontes e de citações; daí excluindo, inteira e severamente, as generalidades vagas e os desdobramentos oratórios, conservaremos à *Revue historique* o caráter literário, ao qual os sábios, assim como os leitores franceses atribuem, com razão, tanto valor.

Nosso quadro não excluirá nenhuma província dos estudos históricos; não obstante, nossa revista será principalmente consagrada à história européia desde a morte de Teodósio (395) até a queda de Napoleão I (1815). É para este período, na verdade, que nossos arquivos e nossas bibliotecas conservam o maior dos tesouros inexplorados; e queremos nos abster, tanto quanto possível, à parte de todas as polêmicas contemporâneas.

Os primeiros fascículos de nossa coletânea e os nomes de nossos colaboradores dirão melhor que todas as palavras o objetivo desinteressado e científico que perseguimos e o espírito de imparcialidade que anima nossa empresa. Podemos, a partir de hoje, citar entre os sábios que gentilmente nos prometeram seu apoio e sua colaboração os

Senhores:

- C. DE LA BERGE, ligado ao departamento dos antigos, na Biblioteca Nacional;
- H. BORDIER, antigo arquivista nos Arquivos Nacionais, bibliotecário honorário na Biblioteca Nacional;
- E. BOUCHÉ-LECLERC, professor na Faculdade de letras de Montpellier;
- E. BOUTARIC, chefe de seção nos Arquivos Nacionais, professor na Escola das Cartas;
- H. BRISSAUD, professor de História no Liceu Carlos Magno;

- A. CASTAN, bibliotecário da cidade de Besançon;
A. CHÉRUEL, inspetor geral;
R. DARESTE, advogado na Corte de cassação e no Conselho de Estado;
E. DELISLE, da Academia de Inscrições, professor na Escola Normal e na
Escola de Altos Estudos;
E. DESJARDINS, da Academia de Inscrições, professor na Escola Normal e
na Escola de Altos Estudos;
E. DESPOIS, bibliotecário na Sorbonne;
A. DUMONT, diretor da Escola arqueológica de Atenas;
V. DURUY, da Academia de Inscrições;
FUSTEL DE COLULANGES, da Academia de Ciências morais, professor
na Escola Normal;
P. GAFFAREL, professor na Faculdade de letras de Dijon;
A. GEFFOY, da Academia de Ciências morais, professor na Faculdade de
letras de Paris;
A. GIRY, arquivista nos Arquivos Nacionais;
J.J. GUIFFREY, id;
S. GUYARD, bibliotecário da Sociedade Asiática;
A. HIMLY, professor na Faculdade de letras de Paris;
C. JOURDAIN, da Academia de Inscrições;
L. LALANNE, bibliotecário no Instituto;
R. DE LASTEYRIE, arquivista nos Arquivos Nacionais;
E. LAVISSE, professor de história no Liceu Henrique IV;
L. LEGER, professor na Escola de Línguas orientais;
E. LITTRÉ, da Academia de Inscrições e da Academia francesa;
A. LONGNON, arquivista nos Arquivos Nacionais;
H. LOT, id;
S. LUCE id;
A. MASPERO, professor no Colégio da França e na Escola de Altos Estudos;
A. MAURY, da Academia de Inscrições, professor no Colégio da França,
diretor dos Arquivos Nacionais;
P. MEYER, professor na Escola das cartas;
L. MOLINIER, arquivista-paleógrafo;

- A. MOREL-FATIO, id;
A. OUVRÉ, professor na Faculdade de letras de Aix;
G. PARIS, professor no Colégio da França e na Escola de Altos Estudos;
J.T. PERRENS, inspetor da Academia;
G. PERROT, da Academia de Inscrições, professor na Escola de Altos Estudos e na Escola Normal;
J. QUICHERAT, diretor da Escola das cartas;
A. RAMBAUD, professor na Faculdade de letras de Caen;
H. RAYNALD, professor na Faculdade de Letras de Aix;
E. RENAN, da Academia de Inscrições, professor no Colégio da França;
L. RENIER, da Academia de Inscrições, professor no Colégio da França, presidente da seção de história e de filogogia da Escola de Altos Estudos;
R. REUSS, conservador da Biblioteca municipal de Estrasburgo;
J. ROY, professor na Escola de Altos Estudos;
E. DE ROZIÈRE, da Academia de Inscrições, professor no Colégio da França, inspetor geral dos Arquivos;
A. SOREL, professor na Escola livre de Ciências políticas;
H. TAINE, professor na Escola de Belas Artes;
PH. TAMIZEY DE LARROQUE;
M. THÉVENIN, professor na Escola de Altos Estudos;
C. THURROT, da Academia de Inscrições, professor na Escola de Altos Estudos e na Escola Normal;
P. VIDAL-LABLACHE, professor na Faculdade de letras de Nancy;
P. VIOLLET, arquivista nos Arquivos Nacionais.

A *Revue historique* encontrará, nós o esperamos, uma acolhida simpática, não somente entre aqueles que fazem da história um estudo especial, mas, ainda, entre todos aqueles que se interessam pelas coisas do espírito. A França sempre teve em grande consideração as pesquisas históricas; se ela não tem mais hoje, neste campo do saber humano, a superioridade incontestada que lhe pertencia outrora, parece, tanto mais necessário, favorecer uma empresa destinada a ajudar e a encorajar os trabalhadores sérios. O estudo do passado da França, que será a principal

parte de nossa tarefa tem, além do mais, hoje, uma importância nacional. É por ela que podemos dar a nosso país a unidade e a força morais das quais ele tem necessidade, em lhe fazendo, por sua vez, conhecer suas tradições históricas e compreender as transformações que elas acarretaram.

Introdução. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. *Revue Historique* - Tomo I, 1876.

Gabriel Monod

No momento de empreender uma publicação que contribuirá, por sua parte, nós o esperamos, para o progresso dos estudos históricos em nosso país, importa determinar bem qual objetivo perseguimos, qual será o caráter de nossos trabalhos e qual espírito inspirará nossas pesquisas.

Para precisar esses diversos pontos, pareceu-nos que não seria sem utilidade nem sem interesse lançar um rápido olhar sobre o caminho percorrido durante os últimos séculos pelas ciências históricas, a fim de melhor apreciar o grau de desenvolvimento que atingiram hoje, a tarefa que lhes resta a cumprir e a via que devem seguir¹.

A História, quer a consideremos como um campo da literatura ou como uma ciência data, para nós, da Renascença. Sem dúvida a idade média tivera entre seus cronistas escritores notáveis, tais como Joinville, Villani ou Froissart, mas eles não são, propriamente falando, historiadores; eles têm em vista muito mais o presente que o passado. Eles querem conservar para a posteridade a lembrança de acontecimentos que viram e dos quais tomaram parte, muito mais que retrazar a seus contemporâneos uma imagem fiel dos tempos anteriores. Seu mérito literário consiste, sobretudo, na vida, no movimento, na paixão que animam suas narrativas, não na arte com a qual a obra é composta, na justa proporção de suas partes, na equidade imparcial dos julgamentos.

¹ Esta exposição do progresso dos estudos históricos na França é, ao mesmo tempo, a introdução e o programa de nossa Revista.

No conjunto daquelas obras em que não são testemunhas oculares, mas onde contam fatos que lhe são conhecidos por escritores anteriores, os cronistas da idade média são incapazes de representar os eventos e de contá-los de uma maneira original e pessoal; eles não sabem fazer outra coisa que copiar suas fontes, ou compor de seus extratos um mosaico, sem se incomodar, freqüentemente, de fazê-los concordar entre si. Também não há, propriamente falando, na idade média, ciência histórica. Há, sim, muitos laboriosos compiladores, como Sigbert de Gembloux, Vincent de Beauvais, Ptolémée de Lucques, mas eles não fazem mais que acumular materiais reunidos um pouco ao acaso e sem discernimento. Muito felizes de possuir documentos no meio da penúria das bibliotecas, eles não sonham em discutir seu valor, em criticá-los uns pelos outros. Neste ponto, não era nada além de uma curiosidade científica que os guiava. A maioria dentre eles, mesmo alguns dos mais eminentes, é impulsionada por móveis religiosos; busca fixar, pela cronologia universal, as datas da redenção do mundo e dos principais fatos da história da Igreja²; encontra nos vícios e nos crimes dos homens os temas de exortações piedosas e de severas advertências³; compara os destinados do mundo àqueles da Igreja, a cidade terrestre à Jerusalém celeste⁴. Em contrapartida, tem um ponto de vista mais histórico, mas, muito mais ainda político que histórico; são os grandes cronistas imperiais que, abarcando em seu conjunto a história do mundo, aí mostram a continuidade do Império desde Augusto até os príncipes francos ou souabes⁵, ou melhor, aqueles que na França, na Inglaterra, na Itália, escrevem a história de um país, de uma raça, de uma cidade de um bispado⁶, impelidos por interesses nacionais ou dinásticos ou por um patriotismo local. Há, enfim, os autores de compilações ou de manuais, cujas obras são destinadas a resumir os

² Isidoro de Sevilha, Bède, Adon.

³ Gregório de Tours, Réginon.

⁴ Otto de Freising.

⁵ Hermann de Reichenau, Ekkehard, Lambert d'Aschaffenburg, Sigbert de Gembloux.

⁶ Hugues de Fleury, Guillaume de Jumiéges, Guillaume de Nangis, Henri de Huntingdon, Villani, etc.

conhecimentos da época e a substituir, nas bibliotecas dos monastérios, os livros mais raros e mais caros⁷, ou melhor, a fornecer aos predicadores, aos teólogos e, mais tarde, aos estudantes de todo gênero, notícias históricas breves e precisas⁸. O que nomeamos pesquisas históricas, a crítica histórica, não podia existir na idade média. Não podia ocorrer, ao pensamento de um homem deste tempo, a idéia de procurar, nas diversas obras antigas, ensinamentos esparsos sobre tal ou tal personagem, sobre tal ou tal fato, sobre tal ou tal instituição, para aí criar um conjunto novo, um quadro original. A curiosidade histórica, quando a reencontramos, não é mais que a reunião infantil de anedotas tomadas de todas as mãos, reunidas mais em vista do divertimento que da instrução, como os *Otia Imperialia* de Gervaise de Tilbury ou *Nugae Curialium*, de Gautier Map. Há, na idade média, compiladores e cronistas, não há historiadores.

Não é mais que na Renascença⁹ que começa, propriamente falando, os estudos históricos. A descoberta da imprensa, em facilitando a reunião de um grande número de livros, seu emprego simultâneo e sua comparação, em estabelecendo uma demarcação sensível entre as épocas ainda bárbaras onde não se possuía mais que pesados e grandes volumes escritos sobre pergaminhos e a era nova onde o pensamento se espargia ágil por toda parte, às vezes sob uma forma maneável e ligeira, mudava todas as condições do trabalho intelectual. Ao mesmo tempo em que mudavam as condições de trabalho, uma revolução lentamente preparada desde o século XI se completava no espírito dos homens do XV e do XVI. A antiguidade, por muito tempo ignorada ou desdenhada, era redescoberta, conhecida, admirada em seus monumentos, em suas instituições, em sua história, em suas obras literárias, sobretudo, que a imprensa colocava rapidamente em todas as

⁷ Vicent de Beauvais.

⁸ Marianus Scotus, Martinus Polonus.

⁹ Eu tomo aqui o termo de Renascença no sentido que lhe é dado o mais ordinariamente. Aplico ao período histórico que começa no meio do século XV e se estende até o fim do XVI. No XIV, Boccace e Petrarca são, verdadeiramente, homens da Renascença, bem mais similares aos humanistas do XVI que a nossos escritores da idade média.

mãos. A cultura inteiramente eclesiástica da idade média dá lugar, mesmo entre as pessoas da igreja, a uma cultura profana e laica. O estudo do passado, reservado durante muito tempo a uma minoria privilegiada, torna-se uma paixão universal, a principal preocupação de quase toda sociedade.

O *Humanismo* teve uma influência decisiva sobre o desenvolvimento da historiografia. Esta influência se exerce em dois sentidos inteiramente opostos. Enquanto os letrados e os retóricos imitam os historiadores da antigüidade, substituindo as compilações sem arte da idade média por composições literárias, onde a arte se desenvolve, freqüentemente, às expensas mesmas da verdade, os filólogos, os arqueólogos e os juristas se aplicam ao estudo das instituições, dos costumes e dos monumentos, com esta curiosidade ardente sem a qual não há verdadeira erudição. É para a antigüidade que esta curiosidade erudita desperta inteiramente; da antigüidade ela se estende à idade média, que, à medida que a Renascença se desenvolvia tornava-se, freqüentemente, para os homens do século XVI, uma segunda antigüidade. Era necessário, na verdade, para que o sentido histórico pudesse se desenvolver, que o passado aparecesse bem claramente distinto do presente, que pudéssemos estudá-lo de um ponto de vista objetivo e à distância.

Os homens da idade média não podiam fazê-lo; não tinham consciência das modificações sucessivas que o tempo traz consigo nas coisas humanas. Quando a Renascença modificara as idéias, os costumes, as próprias instituições; quando a realeza moderna substituía a feudal; quando a ordenança de Moulins inaugurara uma era nova de jurisprudência e que os velhos costumes foram redigidos e impressos, a diferença entre a idade média e o tempo presente salta aos olhos de todos, e confere-se um interesse novo ao estudo do passado.

Na Itália, são dois humanistas, Flávio Biondo e Aeneas Sylvius Piccolomini, quem são os precursores da erudição histórica¹⁰. Depois deles, Paul Jove e Bembo compõem obras onde a retórica é mais privilegiada que

¹⁰ *Flávio Biondo*, sobretudo, foi quem indicou o avanço de todas as vias nas quais devia caminhar depois dele a ciência histórica, e isso, antes da descoberta da

a história, mas que passam, contudo, por modelos aos olhos de seus contemporâneos, enquanto eruditos, tais como Albertini, Strada, Onofrio Panvini, Signoius, inauguram os estudos de arqueologia, de epigrafia, de numismática, pelo exame atento dos monumentos figurados.

Enquanto que na Itália a atenção dos sábios permanecia concentrada sobre a antiguidade, que oferecia um campo infinito às descobertas, na Alemanha, onde os restos da antiguidade eram pouco numerosos e onde as tradições e as instituições da idade média subsistiam mais vivas que em outros lugares, o estudo da idade média caminha a par e passo com aquele da antiguidade. Acontece na ciência histórica o que acontecia nas belas artes. Da mesma maneira que Albert Durer, Holbein, Pierre Fischer, Lucas Cranach conservam fortemente a impressão da idade média, ainda que tivessem experimentado a impulsão vivificante da Renascença italiana, de igual modo C. Peutinger, Tritheim, Aventin, C. Celtes, Cuspinian, assim como eles, seriam humanistas e ardentes amantes da antiguidade, conferindo, contudo, às coisas da idade média um interesse que, a esta época, não existia em nenhuma parte no mesmo grau. Desde 1474, publica-se uma parte da crônica de Ursperg, que foi impressa completamente em 1515 por C. Peutinger. Este editava, ao mesmo tempo, Jordanis e Paul Diacre, enquanto que seu amigo Beltes compunha sua *Germania illustrata* e reencontrava as obras de Hroswitha e o poema conhecido sob o nome de Ligurinus. A Reforma vem, após o Humanismo, dar um novo élan às pesquisas históricas. Os centúviro de Magdebourg, em aplicando à história da Igreja uma crítica freqüentemente temerária e apaixonada, mas vigorosa

imprensa, visto que morre em 1463, e que nenhuma de suas obras não foi publicada em vida. Sua *Roma instaurata* contem a descrição de todos os monumentos de Roma, sua *Roma triumphans* uma análise das instituições da Roma antiga. Em sua *Italia illustrata* ele estende essas pesquisas a toda Itália.

Enfim, ele empreende, três séculos antes de Gibbon, a realização de um plano tão grandioso como aquele do historiador inglês nas suas *Historiae ab inclinatione Romani imperii na annum 1440*. O papa Pio II (Aeneas Sylvius Piccolomini), que foi seu protetor e seu amigo, não foi um inovador como Flávio Biondo, mas foi um dos primeiros a aplicar à narrativa dos eventos contemporâneos uma arte de narração e de composição tomada de empréstimo aos historiadores da antiguidade.

e apoiada sobre uma vasta erudição, não somente criaram uma obra que marca época na ciência histórica, mas, ainda, provocaram a composição do mais belo movimento de erudição católica no século XVI, os anais de Baronius. Pode-se considerar a crítica teológica como o ponto de partida e a origem da crítica histórica. Esta influência da teologia sobre a história, sensível no século XVI, foi-o mais ainda no desenvolvimento da erudição alemã, no século XVIII.

A França, cujo desenvolvimento foi, no século XVI, tão intimamente ligado àquele da Itália, foi lenta em se interessar pelos estudos históricos. Enquanto que, para os eruditos alemães, a idade média era a época da potência imperial, herdeira direta do Império romano, para os sábios franceses, a idade média não era mais que a época da feudalidade e da barbárie, e via-se já nascer o desprezo por nosso passado nacional que devia se desenvolver entre os letrados durante os séculos XVII e XVIII contribuir por sua parte, para as violências revolucionárias e prejudicar, por sua vez, a ciência histórica e o desenvolvimento político do país. Os historiadores de fins do século XV, Gaguin¹¹ e Guilles¹², não são mais que compiladores à maneira dos escritores da idade média; sua única originalidade consiste nos anacronismos de estilo que cometem, fazendo do latim das crônicas a língua de seu tempo. Foi um humanista e um italiano, Paulo Emílio, de Verona, quem ensina aos franceses a arte de escrever a história, quando compõe, em latim, a pedido de Luís XII, seu *De rebus gestis Francorum*¹³, onde encontramos toda a artilharia de retórica à moda de Tito Lívio, que fez a reputação de Paul Jove e de

¹¹ *Compendium super Francorum gestis*, in-fº. Nenhum exemplar da edição de 1495 subsistiu. A obra foi redigida em 1497, em Lion e Paris (Voy. Brunet, *Manuel du Libraire*, II, 14, 38.)

¹² *Les très elegantes, très véridiques et copieuses annales des très preux, très nobles, très chrestiens et très excellens modérateurs des belliqueuses Gaules*. Paris, 1525, 2 tomos em 1 vol. in-fº.

¹³ A mais antiga edição não contém mais que quatro livros, e foi publicada em Paris, por Badius, em 1517. Os livros V a X foram anexados sucessivamente. – A data de 1500 dada por Augustin Thierry *Dix ans d'études historiques*, 9ª ed., p.346), provem de um erro. – Voy Brunet, I, 64-65.

Bembo. Esta história pareceu tão maravilhosa aos contemporâneos que, durante longos anos, ninguém ousou rivalizar com ela, e quando em 1576, do Haillan¹⁴, compõem-se uma nova História da França, não foi mais que necessário traduzir Paulo Emílio, aí intercalando extratos de crônicas e de considerações políticas, geralmente erradas. Entretanto, não é sem razão que Agustín Thierry destacou-se como o primeiro escritor francês vindo do Haillan que quis substituir a *história* à crônica; tanto é verdade que é necessário fazer remontar aos humanistas a honra deste progresso literário.

Se a literatura histórica foi lenta para se desenvolver na França, a erudição não fez progressos mais rápidos, sobretudo no que concerne à história nacional.

Os humanistas franceses se ocuparam durante muito tempo, de maneira quase exclusiva, da filologia antiga, e não chegaram a pontos de concordância na idade média em relação à atenção que lhe dariam os eruditos alemães. No começo do século XVI imprime-se, é verdade, alguns autores da idade média: os cronistas de Saint-Denis, em 1476, Froissart, por volta de 1495, as crônicas Martinianas, por volta de 1503¹⁵, Monstrelet¹⁶, Adon de Vienne, Gregório de Tours, em 1512, Aimoin em 1514¹⁷. Na seqüência, mesmo que mais de sessenta anos separem Paulo Emílio de seu imitador do Haillan, um período não menos longo separa as publicações dessas crônicas das edições dadas por Pierre Pithou, de Otton de Freising, de Paul Diacre, do Itinerário de Antonino, do cosmógrafo Ethicus, de Salvein, das leis visigóticas, dos Capitulários de Carlos Magno e das duas primeiras coletâneas de historiadores da idade média, publicadas por um erudito francês¹⁸. Ainda

¹⁴ *Histoire générale des rois de France*, por Bernard de Cirard, senhor do Haillan. Paris, Pierre L'Huillier, 1576, in.-f^o.

¹⁵ É a tradução de Martinus Polonus, por Sébastien Mamerot, acrescida de diversas crônicas mais recentes, e publicada em Paris, por Vérard, em dois volumes, in.-f^o. a partir de 1503.

¹⁶ A edição de Monstrelet, de 1512, é aquela de Jean Petit: há, nela, dois outros dados, por Vérard, sem data, que são, provavelmente, anteriores.

¹⁷ Esta edição, ofertada por Jean Petit, traz por título: *Annonii libri quinque*, por *Aimoni*, etc.

¹⁸ *Annalium et historiae francorum ab anno 708 ad annum 990 scriptores coetani XII*. Paris, 1588, in.-f^o.

é necessário observar que a maioria destas edições não é feita na França, mas, na Basiléia e em Frankfurt¹⁹.

É, na verdade, na segunda metade do século XVI, somente, que a curiosidade histórica se revela verdadeiramente na França. As causas desta revelação são múltiplas. O movimento da Reforma era acompanhado de uma redobrada atividade intelectual, de um espírito quase universal de livre pensamento e de investigação científica; as lutas políticas levavam todos aqueles que nelas se envolviam a procurar armas na história e na erudição; os grandes trabalhos de jurisprudência, o desenvolvimento dos estudos jurídicos aos quais presidiam homens por vezes imbuídos de antiguidade e versados no conhecimento das leis herdadas da idade média, incitavam ao exame das instituições nacionais da França. Também vemos que os sábios que estavam em primeiro lugar no ranque por seus trabalhos históricos no fim do século XVI, são ou protestantes ou homens pertencentes a partidos políticos, e professores, senão do ceticismo filosófico, ao menos das idéias galicanas, e hostis às tendências ultramontanas; enfim, quase todos eram juriconsultos. Os dois irmãos, Pierre e François Pithou, tinham passado pelo calvinismo, e seu retorno ao catolicismo causava incomodações aos galicanos, mais crentes, mas freqüentemente menos envolvidos. Podemos dizer, do mesmo modo, de Claude Vignier, que, em sua *Bibliothèque Historiale*²⁰, expõe princípios de crítica e de ceticismo histórico assustadores para a época em que escrevia, parecendo presentir as idéias de Beaufort

¹⁹ É na Alemanha, igualmente, em Hanover e em Frankfurt, que Bongars publicará suas coletâneas de historiadores das cruzadas e de historiadores da Hungria.

²⁰ Paris, Langelier, 1588, 3 vol. in.-fº. – Vignier é, igualmente, o autor de um *Sommaire de l'Histoire des Français*, seguido de um *Traicté de l'estat e origine des anciens Français*, Paris, 1579, de uma *Histoire de la Maison de Luxembourg*, Paris, 1617, etc. Sua Biblioteca histórica é uma história universal, disposta em quadros sinópticos à maneira da crônica de Eusébio ou daquela de Sigebert de Gembloux. – O primeiro volume é precedido de um prefácio notável, onde Vignier expõe seu plano e seu método.

um século antes dele²¹. Bongars, o editor dos historiadores de cruzadas²²; J.J. Scaliger, o fundador da ciência cronológica²³; Jean de Serres²⁴, apoiador de idéias protestantes. F. Hotman²⁵ e Jean Bodin²⁶, que voltam ambos uma vasta erudição histórica ao serviço de suas paixões políticas apóiam, um, a um calvinista, e outro, ainda que tenha por um instante perdido pela Liga, a um espírito forte de uma singularidade audaciosa. La Popelinière combatia, por sua vez, pelas armas e pela pluma, pela causa calvinista. Pasquier, Fauchet, De Thou apóiam ardentemente os galicanos. Enfim, quase todos os historiadores que vimos nominar, os Phitou, Vignier, Hotman, Bodin, Pasquier, Fauche, de Thou²⁷, assim como muitos outros,

²¹ “É miraculoso que eles possam (os historiadores) de tal forma ensinar suas afeições ou refrear sua cupidez de provocar sua eloquência se não ajuntaram mais que o que desejaram sem o camuflar e carregar, amplificar ou extenuar por intervenções e artifícios de retórica, por arranjos forjados, para dar crédito ou por discursos, sentenças e deduções de conselhos, que eles atribuem freqüentemente àqueles que não os pensaram jamais, ou por outras listagens narrativas extraídas de sua própria crença; assim como penso dizer ter sido feito por aqueles que escreveram a história romana antes do ano 400 ou 500 da fundação de Roma. Os negócios romanos foram arruinados na tomada de Roma pelos gauleses e todas suas histórias e anais confundidos, e é por isso que eles muito freqüentemente fazem do vício virtude ou ao contrário, e da mosca um elefante, e fazem parecer negro o que é branco.” - Prefácio.

²² *Gesta Dei per Francos*. Hanover, 1611, 2 tomes em 1 vol. in.-fº.

²³ *Opus de emendatione temporum*, obra publicada, primeiramente, em Paris, em 1583, depois em Frankfurt, em 1593, em Leyde, em 1598 e, enfim, após a morte do autor, em Genebra, em 1629.

²⁴ *Inventaire général de l'Histoire de l'Histoire de France* até 1422. Paris, 1597, 2 vol. in-16

²⁵ *Franco-Gallia*, sive tractus isagogicus de regimine regum Galliae et de jure successionis. Genebra, 1573, in-8º.

²⁶ *La République*. Paris, 1576, in-fº.

²⁷ A História universal de J. Auguste de Thou, escrita em latim, publicada em 1604, 1607 e 1609, em 4 vol. In-fº, se bem que seja uma história contemporânea (1546-1607), merece ser citada nesta revista do progresso da ciência histórica. De Thou, na verdade, imitador dos antigos, ao menos procura a beleza literária como exatidão, e fez esforços de crítica e de imparcialidade que lhe assinalaram um lugar à parte entre os humanistas historiadores.

Loisel²⁸, J. du Tillet²⁹, Catel³⁰, Papire Masson³¹, Argentré³², apóiam homens da alta magistratura, advogados, conselheiros, juízes nos parlamentos.

As obras desses diversos sábios testemunham uma prodigiosa atividade intelectual. Todos os assuntos abordados são empresa de uma singular audácia. Enquanto Scaliger estabelecia as bases de uma cronologia metódica, Et. Pasquier esboçava a história das instituições³³, Fauchet submetia o primeiro a uma crítica imparcial *les Antiquités Gauloises et Françaises*³⁴, Bodin³⁵ e La Popelinière³⁶ procuravam estabelecer os princípios do método e da crítica histórica.

Estes esforços, que são testemunhos de uma tão inteligente curiosidade, de um tão vivo ardor de erudição, eram prematuros. As paixões contemporâneas exerciam um muito forte império sobre os homens do século XVI para que pudessem julgar com imparcialidade as instituições do passado;

²⁸ *Mémoires des pays, villes, comtés, évêches et évêques de Beauvais et du Beauvoisis*, 1617, in-4^o.

²⁹ *Mémoires et recherches touchant plusieurs choses mémorables pour l'intelligence de l'état et des affaires de France*. Rouen, 1577, In-f^o. – Esta obra assumiu, mais tarde, o título de *Reccueil des roys de France, leur couronne et maison*.

³⁰ *Mémoires de l'histoire du Languédoc*. Toulouse, 1663, In-f^o.

³¹ *Annalium libri IV; quibus res gestae Francorum explicantur*. Paris, 1578, In-4^o

³² *L'histoire de Bretagne, des rois, ducs, comte set princes d'icelle*. Rennes, 1582, In-f^o, edição confiscada e destruída (Brunet I, 420), reimpressa em Paris, em 1588.

³³ *Les Recherches de la France*. A última edição oferecida pelo próprio Pasquier em 1611 contem 7 livros. Três outros livros, formados de fragmentos por ele deixados em manuscrito, foram anexados na edição de 1621.

³⁴ A primeira edição é de 1579, In-4^o. A segunda, de 1599, contém três livros a mais. Dois outros foram anexados em 1601 e 1602.

³⁵ *Methodus ad faciliem historiarum cognitionem*. Paris, 1566, In-8^o.

³⁶ *Histoire des Histoires*, com a idéia de história acabada, mais o desenho da história nova dos François. Paris, 1599, In-8^o. – A primeira parte desta obra memorável é um aperceber do desenvolvimento da ciência histórica desde a origem das sociedades até o século XVI. Na segunda parte, La Popelinière procura definir deveres do historiador e a característica da verdadeira história, e o faz com uma grande retidão de julgamento. Enfim, na terceira parte, ele recusa com muito bom senso as fábulas sobre a origem dos francos, e não tendo ponto de vista a propor como substituição, termina por esta judiciosa reflexão: “É mais desculpável a falta de ignorar que falsificar a origem do povo, a vida da qual somos representantes”.

eles não amavam a idade média para bem compreendê-la, buscavam sim, nela, procurar muito mais a justificação e a conformação de suas idéias políticas contemporâneas. Por outro lado, os documentos publicados eram, ainda, muito pouco numerosos; as ciências auxiliares da história, muito menos desenvolvidas; a crítica, muito vacilante para que fosse possível resolver todas as questões que abordavam com uma juvenil confiança. Queriam construir o edifício antes de estabelecerem suas bases. Pasquier, Bodin e Hotman eram muito apaixonados. Fauche e La Popelinière tinham, entre as mãos, materiais muito insuficientes para poder criar obras de durabilidade. Eles lançaram sementes úteis, abriram a via aos historiadores futuros, não deixaram nada de definitivo. Aqueles que se contentavam, como Loisel, de escrever comentários de jurisprudência, ou como Pithou, de publicar textos, prestaram, talvez, serviços mais duráveis. Os alemães, bem inferiores nesta época aos franceses no ponto de vista da inteligência, da originalidade e da profundidade de suas percepções, preparavam mais utilmente o terreno às pesquisas históricas, em publicando, de 1566 a 1610, oito coletâneas de historiadores da idade média³⁷, enquanto que a França não tinha, ainda, produzido mais que as duas coletâneas de Pithou e aquelas de Bongars. Também é um erudito dinamarquês quem publicou, em 1616, na Holanda, a primeira obra séria sobre as origens da história da França, as *Origines francicae*, de Isaac Pontanus.

A França não tarda a dar sua revanche. Ao passo que na Alemanha a guerra de Trinta Anos não somente agitava o Estado, mas, ainda, trazia a ruína ao país inteiro e parava quase inteiramente o trabalho intelectual, a França, pacificada por Henrique IV e Richilieu, entrava em um período de atividade regular e fecunda. Não era mais o ardor impetuoso, um pouco desordenado do século XVI, sua intrépida audácia, sua curiosidade em todos os sentidos, sua originalidade impulsiva. Somos tentados, freqüentemente, de resgatar todas essas qualidades da juventude, mal equilibradas ainda, mas mais amáveis que as qualidades talvez muito unidas, muito bem pautadas do século XVII. Era, portanto, necessário que um labor mais metódico desse

³⁷ Schard, Pistorius, Reuber, Urstisius, Goldast (2 coletâneas), Lindenbrog e Freher.

à erudição histórica essas bases sólidas, sem as quais todo trabalho de generalização seria prematuro. Necessitava, antes de tudo, publicar textos, esclarecer, por uma crítica minuciosa, os pormenores, aprender aos historiadores a se servirem de documentos. Isso foi feito pela obra dos eruditos do século XVII, continuada durante o século XVIII; obra que, malgrado os progressos consumados desde então, não está ainda terminada em nossos dias. O apaziguamento das paixões políticas e das paixões religiosas contribuiu, fortemente, a dar esta direção nova aos estudos históricos.

Enquanto Scipion Dupleix³⁸ e, sobretudo Mézaray³⁹, continuam com clareza, a tradição de Paulo Emílio e do Haillan, vemos nascer uma série de trabalhos que, sem pretensões literárias, dão à história os mais sérios serviços. Besly, que pertence, ainda, é verdade, à grande família dos juriconsultos historiadores do século XVI dá, em sua *Histoire des Comtes de Poitou*, publicada após sua morte, em 1647, o primeiro exemplo de uma história provincial solidamente estabelecida sobre documentos diplomáticos. Basta comparar com os *Annales d'Aquitaine*, de Jean Bouchet, para apreciar o caminho que tinha sido feito desde um século⁴⁰. Bongars pertence, igualmente, ao mesmo tempo, ao século XVI e ao XVII; mas, a partir da publicação de suas duas coletâneas, em 1600 e 1611, vê-se as coletâneas de textos se sucederem quase sem interrupção.

André Duchesne tem, a esse respeito, o primeiro lugar no ranque entre os editores do século XVI, pois, ninguém tinha, antes dele, concebido a idéia de uma coleção metódica e cronológica de todas as fontes de história da França⁴¹, Adrien Valois funda a geografia histórica por meio de sua *Noticia*

³⁸ *Histoire générale de France, depuis Pharamond*. Paris, 1621-1643, 5 vol. in-fº.

³⁹ *Histoire de France*. 1643-1651. 3 vol. In-fº.

⁴⁰ *L'Histoire de Bretagne*, de Argentré, não pode ser comparada ao livro de Besly. Ela não representa um progresso sensível sobre aquela de Pierre le Baud, o capelão de Anna da Bretanha. A primeira edição dos *Annales* de Jean Bouchet é de 1525.

⁴¹ *Historiae Normannorum scriptores antiqui* ab. a. 838 ab a. 1220. Paris, 1619, in-fº. A obra permaneceu inacabada. Um único volume apareceu. — *Historiae Francorum scriptores coetanei*, ab gentis origine usque ad Philippi IV tempora. 1636-1649, 5 vol. in-fº. Os dois primeiros volumes foram publicados quando André Duchesne ainda era vivo. Seu filho François publicou os três outros.

*Galliarum*⁴² e dá um modelo de crítica digna de ser ainda estudada hoje em sua *Gesta Francorum*⁴³. Os irmãos Gaucher Scévole e Louis de Sainte-Marthe concebem e começam a executar o plano de uma *Gallia Christiana*⁴⁴; Baluze mostra, como colecionador e editor de textos antigos, uma atividade e uma inteligência que, infelizmente, não estavam apoiadas, secundadas por uma consciência muito escrupulosa⁴⁵; enfim, Charles Du Fresne, senhor do Cange, em seu *Glossarium ad scriptores mediae et infimae latinitatis*, é o primeiro a dar aos historiadores os instrumentos indispensáveis para o conhecimento científico da idade média, em explicando, com textos em mãos, todos os termos usados pelos documentos antigos e em fazendo, com a ajuda deles, classificados cronologicamente, a história de todas as instituições⁴⁶.

Enquanto que no século XVI os historiadores se misturam às lutas dos partidos, se servem da erudição como de uma arma de combate, e comungam, na maior parte das opiniões, senão heréticas, ao menos audaciosas e revolucionárias, no século XVIII, ao contrário, eles trabalham com a assistência e, por assim dizer, sob a direção da realeza; são fiéis servidores e têm, quase todos, funções e um caráter oficiais. Bongars era

⁴² *Noticia Galliarum*. Paris, 1675, in-fº.

⁴³ *Gesta Francorum*, seu rerum francicarum tomi tres, a primordiis gentis ad Childerici destitutionem. Paris, 1646-1658. 3 vol, in-fº.

⁴⁴ *Gália Christiana*, qua series omnium archiepiscoporum, episcoporum et abbatum Franciae vicinarumque ditium ab origine ecclesiarum ad nostra usque tempora. Paris, 1656, 4. vol. . in-fº. Esta obra foi editada por Nicolas de Sainte-Marthe, filho de Luís.

⁴⁵ *Capitularia regum Francorum*. Paris, 1677, 2 vol. in-fº. – *Miscellaneorum libri*, VII. Paris, 1678-1715, 7 vol., in-8º. - *Vitae paparum Avenionensium*. Paris, 1693, 2 vol. in-4º. *Epistolae Innocentii III*. Paris, 1682, 2vol. in-fº. *Historia Tutelenstis*. 1717, 2 vol. in-4º.

⁴⁶ A primeira edição de Du Cange em 3 vol. in-fº. é de 1673. Os beneditinos a ela deram uma nova edição, mais completa, em 1733, 6 vol. in-fº., e D. Carpentier aí anexou 4 vol. de suplemento, em 1766. Henschel refundou esses diversos trabalhos e a eles anexou numerosas adições na edição oferecida com Firmin Didot, em 7 vol. in-4º de 1840 a 1850. Du Cange publica também, em 1688, um *Glossarium ad scriptores mediae et infimae graecitatis*. Suas edições e suas obras de erudição são muito conhecidas para que seja necessário enumerá-las aqui.

embaixador, Dupleix foi preceptor de um filho de Henrique IV; Duchesne, os dois irmãos Valois, Mézaray e os irmãos Sainte-Marthe foram historiógrafos reais. Baluze era bibliotecário de Colbert, e Du Cange, tesoureiro da França em Amiens, teve freqüentes relações com o ministro de Luis XIV, que queria lhe confiar a direção de uma grande coleção de historiadores da França.

Ao lado desta influência monárquica e governamental que se exerce pelos grandes ministros do século XVII, uma outra influência trata, não menos fortemente, a erudição histórica, a influência eclesiástica. Desde que as guerras de religião tinham tido fim e que os decretos do Concílio de Trento tinham operado na igreja uma reforma parcial, desde que os perigos da anarquia democrática dos partidários da Santa Liga e da anarquia aristocrática dos protestantes tinham sido descartados, a religião na França tinha sido pacificada, como todo o resto. Tendências diversas partilhavam, sem dúvida, o clero, mas sem causar, ao menos até o despertar contra o jansenismo, graves dissidências. Todos os membros do clero secular como do clero regular se encontravam unidos no exercício dos deveres de seu estado, no respeito pela autoridade real e no zelo comum pelo estudo e os trabalhos intelectuais. Sem dúvida eles não podiam aí aportar esta ousadia nas pesquisas e nas teorias, esta independência que torna tão interessante e simpáticos os sábios do século XVI, mas tinham outras qualidades que faltavam a seus predecessores. Tinham a paciência, o método, o espírito da tradição que permite os vastos e longos empreendimentos, a regularidade e a prudência no trabalho, enfim, e, sobretudo, o amor e a inteligência da idade média que é a grande época da Igreja. O século XVI tinha reencontrado a antiguidade; não é mais que no século XVII que se começa, na França pelo menos, a se reencontrar a idade média. A história da idade média é, em grande parte, a história da Igreja; não se pode separá-las uma da outra, e era impossível de a compreender sem conhecer o direito canônico, a teologia e a disciplina eclesiástica, em uma palavra, toda a vida da Igreja. Era necessário ser guiado por um verdadeiro amor pelo passado para empreender os longos e áridos labores que necessitava o exame dos manuscritos e das cartas legadas pela idade média. Onde se podia encontrar este conhecimento,

esta inteligência, este amor do passado, se este não está no clero, no clero regular, sobretudo, cuja regra organizava os trabalhos do espírito entre os deveres religiosos, cujos conventos conservavam acumulados, desde séculos, imensas riquezas manuscritas, e onde a humildade e a obediência monásticas colocavam o devotamento obscuro de todos ao serviço do gênio de alguns?

De todos os lados punham-se à obra: jesuítas, oradores, jansenistas, beneditinos rivalizaram ardor e atividade. Os jesuítas se destacam entre os primeiros, com Sirmond, que publica Idace (1611), Flodoard (1619), e a primeira coleção dos Concílios da França (1629⁴⁷). P. Denis Petau e Philippe Lable não gozam de menos glória sobre a ordem, o primeiro como cronologista⁴⁸, o segundo como editor de textos⁴⁹. P. Daniel, cuja história da França é superior, não somente a todas aquelas que tinham sido compostas antes dele, mas, ainda, à maior parte daquelas que foram compostas depois, era jesuíta⁵⁰. Ao mesmo tempo, às portas da França, em Anvers, os jesuítas começavam, sob a direção de Jean Boland, a imensa coletânea das *Acta Sanctorum*, cujo plano tinha sido pensado por Heribert de Roswey⁵¹, e que se continua ainda hoje. É muito usual depreciar esta coletânea comparando-a àquelas dos beneditinos, e é certo que estes aportavam mais cuidado à escolha de seus textos, como também mais discrição em seus comentários. A empresa colossal de Bolland e de seus colaboradores não permanece menos que um monumento de grande valor, não somente pela massa de materiais que concentra, mas, também, pelos trabalhos de crítica que acompanham os textos. A erudição aí é ordinariamente prolixa e mal ordenada; encontra-se, entretanto, nos primeiros volumes, não somente um maravilhoso

⁴⁷ *Concilia antiquae Galliae*. Paris, 1629, 3 vol. in-fº. As obras completas de Sirmond foram publicadas em Paris em 1696, em 5 vol. in-fº.

⁴⁸ *Opus de doctrina temporum*. Paris, 1627, 2 vol. in-fº.

⁴⁹ Além de sua *Bibliotheca nova manuscriptorum* (1657), ele reúne os materiais e começa a publicação da maior coleção geral de concílios reunidos até então, e traça o plano da coleção de História bizantina na *De historiae Byzantinae scriptoribus publicandis protrepticon*. Paris, 1648, in-fº.

⁵⁰ *Histoire de France*. Paris, 1713, 3vol. in-fº.

⁵¹ Surius, o editor da primeira coletânea de *Vitae Sanctorum*, publicada em Colônia, em 1570-1575, 6 vol. in-fº., era um religioso da ordem de Saint-Bruno.

conhecimento da literatura hagiográfica, mas um sentido muito acertado e uma liberdade de julgamento, um sensato ceticismo que não se encontra sempre no mesmo grau entre os beneditinos.

A congregação da Oratória fornece, desde sua origem, em 1611, eruditos de primeira ordem. As obras de Richard Simon, pertencentes mais à filosofia que à história, oferecem o primeiro exemplo de uma crítica científica aplicada à história sagrada⁵². Leconte, em seus *Annales ecclésiastiques*⁵³ (417-845), obra essencialmente cronológica, mostra uma ousadia freqüentemente não experimentada e temerária; mas abre uma via fecunda à crítica pelos doutos que ele eleva contra a autenticidade dos textos transmitidos pela idade média. Lelong fornece aos historiadores um repertório da maior utilidade, em catalogando, por ordem cronológica e metódica, todas as fontes da história da França em sua *Bibliothèque historique*⁵⁴. Enfim, Thomassin redige sua *Ancienne et nouvelle Discipline de l'Eglise*, que permaneceu o tratado mais sólido e mais completo sobre a matéria⁵⁵.

Os jansenistas trabalhavam para redigir manuais para a educação muito mais que se ocupavam de obras originais de erudição. É com eles, entretanto, que é formado o sábio que primeiro ensinou como se chega à verdade histórica pela análise rigorosa e a comparação dos textos: Nain de Tillemont. Pode-se lamentar que, em sua *Histoire des Empereurs*⁵⁶, ele não

⁵² *Histoire critique du Vieux Testament*. Paris, 1678, in-4^o. Mais completa na edição de Amsterdã, 1685.

⁵³ *Annaes Ecclesiastici*. Paris, 1665-1683, 8 vo. in-f^o.

⁵⁴ *Bibliothèque historique de la France*, contendo o catálogo das obras impressas e manuscritos que tratam da história desse reino. Paris, 1719, in-f^o. – Esta obra foi inteiramente reformulada e reeditada por Fevret de Fontelle. Paris, 1768-1778, 8 vol. in-f^o.

⁵⁵ Esta obra, publicada em 1678 em francês, 3 vol. in-f^o, foi traduzida em latim pelo próprio autor em 1688, 3 vol. in-f^o.

⁵⁶ *Histoire des Empereurs et des autres princes qui ont régné durant les six premiers siècles de l'Eglise*, justificada por citações de escritores originais. Paris, 1690-1738, 6 vol. in-4^o. Esta obra corresponde às *Mémoires pour servir à l'histoire ecclésiastique des six premiers siècles*. Paris, 1693-1712, 16 vol. in-4^o.

tenha se valido da luzes da epigrafia e da numismática, e que tenha reservado à Itália e à Áustria, a Fabretti e a Eckhel, criar definitivamente essas duas ciências, e mostrar quais recursos oferecer ao historiador seu estudo sistemático; mesmo em sua *Histoire de Saint Louis*⁵⁷, ele pouco utilizou os documentos diplomáticos: Mabillon não tinha ainda escrito seu *De Re diplomatica*; mas é impossível encontrar um guia mais claro que o sábio jansenista para se dirigir ao meio dos testemunhos confusos ou contraditórios dos historiadores.

Por importante que tenha sido a obra dos jesuítas, dos oratorianos, do jansenista Tillemont e de alguns membros do clero secular, tais como Pierre de Marca⁵⁸ ou Longuerue⁵⁹, ela empalidece ao lado dos trabalhos de ordem ilustre, cujo nome só desperta a idéia de uma erudição impotente e de infatigáveis labores. Uma ciência de beneditino, um trabalho de beneditino, essas locuções tornam-se proverbiais; e, assim como uma parte da glória intelectual ligada a este nome deve ser reportada aos beneditinos da idade média, a grande maioria aí vem da congregação criada em 1627, sob a invocação de saint Maur, e que tinha por sede principal a antiga abadia de Saint-Germain-des-Prés. Nós não empreenderemos esforços em enumerar os inumeráveis trabalhos históricos devidos aos beneditinos da congregação de Saint-Maur desde a metade do século XVII até o fim do século XVIII. Basta lembrar os nomes de D. Ruinart⁶⁰, de D. Marlot⁶¹, de D. Luc d'Achery⁶²,

⁵⁷ *Vie de saint Louis*, publicada pela Sociedade de História da França, após o manuscrito da Biblioteca Nacional, publicado por J. de Gaulle. Paris, 1847-1851, 6 vol. in-8º.

⁵⁸ *Marca hispanica*, sive limes hispanicus, hoc est descriptio Cataloniae, Ruscionis, etc., ab anno 817 ad annum 1258. Paris, 1688, in-fº. Esta obra foi publicada por Baluze após a morte de P. De Marca. - *Histoire de Béarn*, Paris, 1640, in-fº.

⁵⁹ *Description historique et géographique de la France ancienne et moderne*. Paris, 1719, 2 t. en 1 vol. in-fº. *Annales Aracidarum*, Estrasburgo, 1732, in-4º. Longuerue é o autor de numerosas dissertações históricas ou cronológicas, das quais a maior parte não aparece mais que após sua morte.

⁶⁰ *Acta primorum martyrum sincera et selecta*. Paris, 1689, in-4º. *Gregorii opera et Fredegarii chronicon*. Paris, 1695, in-fº.

⁶¹ *Metropolis Remensis historia*. Lille, 1656, e Reims, 1679, 2 vol. in-fº.

⁶² *Spicilegium seu collectio veterum aliquot scriptorum*. Paris, 1655-1677, 13 vol. in-4º.

de D. Mabillon, o historiador de sua ordem, o criador da ciência diplomática⁶³, de D. Montfaucon⁶⁴, que estabelece os princípios da epigrafia grega e mostra tudo que pode tirar a história dos monumentos figurados, de D. Martène e D. Durand⁶⁵, de D. Félibien⁶⁶, de D. Martin, que ensaia prematuramente fazer conhecer os costumes, a história e a religião dos gauleses⁶⁷. Não contentes de publicar as melhores edições dos padres que tinham sido dadas até então, e de refundar o glossário de Du Cange e a diplomática de Mabillon⁶⁸, os beneditinos empreendem grandes coletâneas que são, ainda hoje, a base de todos nossos estudos sobre a idade média: a Gallia Christiana⁶⁹, a Arte de verificar as datas⁷⁰, a coleção dos historiadores da

⁶³ *De re diplomatica*, 1681, in-fº. Supplément 1704. *Annales ordinis S. Benedicti* ad a. 1157. Paris, 1703-1739. 6 vol. in-fº. *Acta sanctorum ordinis S. Benedicti* (500-1100). Paris, 1663-1701, 9 vol. in-fº. *Museum Italicum*, Paris, 1687-89, 2 vol. in-4º. *Vetera Analecta*. Paris, 1675-1685, 4 vol. in-8º.

⁶⁴ *Paleographia Graeca*. Paris, 1708, in-fº. *L'Antiquité expliquée*. Paris, 1719, 5 tomes en 10 vol. in-fº. Supplément, 1724, 5 vol. in-fº. *Les monuments de la Monarchie française*, avec les figures de chaque règne. Paris, 1729-1733, 5 vol. *Paleographia Graeca*. Paris, 1708, in-fº. *L'Antiquité expliquée*. Paris, 1719, 5 tomes en 10 vol. in-fº. Supplément, 1724, 5 vol. in-fº. *Bibliotheca bibliothecarum manuscriptorum nova*. Paris, 1739, 2 vol. *Paleographia Graeca*. Paris, 1708, in-fº. *L'Antiquité expliquée*. Paris, 1719, 5 tomes en 10 vol. in-fº. Supplément, 1724, 5 vol. in-fº.

⁶⁵ *Thesaurus Anecdotorum novus*. Paris, 1717. 5 vol. *Paleographia Graeca*. Paris, 1708, in-fº. *L'Antiquité expliquée*. Paris, 1719, 5 tomes en 10 vol. in-fº. Supplément, 1724, 5 vol. in-fº. – *Veterum scriptorium et monumentorum historicorum, ecclesiasticorum, etc., amplissima collectio*. Paris, 1724-1733, 9 vol. in-fº. – Martene publicou somente a coleção *De antiquis ecclesiae ritibus*. Anvers, 1736-1738, 4 vol. in-fº.

⁶⁶ *Histoire de l'abbaye de Saint-Denis*. Paris, 1706, in-fº. – *Histoire de la ville de Paris*, publicada por D. Lobineau. Paris, 1725, 5 vol. in-fº.

⁶⁷ *La Religion des Gaulois*. Paris, 1727, 2 vol. in-4º. *Histoire des Gaules e des conquêtes des Gaulois*. Paris, 1752-1754, 3 vol. in-4º.

⁶⁸ *Nouveau traité de Diplomatie*, por DD. Toustain e Tassin. Paris, 1750-1765, 6 vol. in-4º.

⁶⁹ A publicação da *Gallia Christiana* foi iniciada em 1715 por Denis de Sainte-Marthe, e foi continuada, até o tomo XIII pelos beneditinos. A Revolução a interrompeu. Os tomos XIV e XV foram publicados pela Academia de Inscrições.

⁷⁰ *L'Art de vérifier les dates* é uma obra de DD. d'Antine, Clémencet, Durand e Clémencet. Ela forma primeiro um vol. in-4º. (1750), depois um vol. in-fº. (1770), enfim, três vol. in-fº. (1783-1787).

França, a História literária da França⁷¹ e a coleção das Histórias provinciais⁷². Salvo a Arte de verificar as datas, nenhuma dessas coletâneas pôde ser terminada pelos beneditinos, mas eles nelas trabalharam com uma atividade prodigiosa, que deixa a desejar em relação àquela dos eruditos de nossos dias. Eles encontraram, é verdade, condições de trabalho excepcionalmente favoráveis. No abrigo, no asilo pacífico de seus monastérios, longe das distrações do mundo, colocavam ao serviço dos mais eminentes dentre eles, o zelo de uma massa de colaboradores dóceis e anônimos; eles viviam absorvidos em seu trabalho e não se deixavam desviar dos deveres religiosos prescritos por seu hábito e sua regra. Nós não saberíamos ter suficientemente reconhecimento por aqueles que souberam criar estas obras majestosas. Não admiramos somente as qualidades intelectuais que desenvolveram, sua erudição e a solidez de seu julgamento, mas, também, as raras virtudes necessárias ao cumprimento de sua tarefa, sua modéstia, sua abnegação, e esta mistura de piedade respeitosa e de firme independência de espírito, que dá a seus trabalhos tanta gravidade e tanta autoridade.

Enquanto a ciência eclesiástica se ilustrava no século XVIII, a ciência laica não permanecia inativa. Ela tendia, mesmo sob a direção da realeza que a tinha encorajado e sustentado durante o século XVII, a se organizar e a associar os esforços dos sábios em vista de grandes empresas análogas àsquelas dos beneditinos. A Academia de Inscrições e Medalhas, criada por Colbert e desenvolvida por Luis XIV torna-se, no século XVIII, sob o nome de Academia de Inscrições e Belas Letras, uma companhia que se ocupa, sobretudo, de pesquisas de filologia, de literatura e de história. Encontramos entre seus membros a maioria dos eruditos que marcam, no século XVIII, a ciência histórica: D'Anville, que retoma com uma grande superioridade a obra iniciada por Adrien de Valois e realiza rápidos progressos na geografia

⁷¹ A *Recueil des Historiens des Gaules et de la France* foi iniciada por D. Bouquet, que publicou 8 vol. in-fº. – Os volumes IX a XIII são de DD. Haudiquier, Housseau, Précieux, Poirier, Clément e Brial. – Os vol. XIV à XIX são de D. Brial, que trabalha para a Academia de Inscrições depois de ter trabalhado para os beneditinos. – Os vol. XX a XXII foram publicados pela Academia.

⁷² L'*Histoire du Languedoc*, por D. Vaissete, 1730-1748, 4 vol. in-fº. ; l'*Histoire de Lorraine*, par D. Calmet, 1745-1757, 7 vol. in-fº. Uma primeira edição, em 4 vol., data de 1728.

histórica; Jean Lebeuf, cujos trabalhos de história literária e de história eclesiástica são modelos de crítica⁷³; Curne Saint Palaye, que esclarece a história da cavalaria e cujo Glossário histórico da língua francesa teria podido ser, para os séculos posteriores da idade média, o que o glossário de Du Cange é para os séculos mais antigos⁷⁴; Fréret, o mais penetrante dos eruditos de seu tempo, que a intolerância dos preconceitos monárquicos obriga a abandonar suas pesquisas sobre as origens nacionais para não mais se ocupar que da cronologia antiga e oriental⁷⁵; sem falar de outros menos ilustres, como Fevret de Fontette, o continuador de P. Lelong⁷⁶, Vertot⁷⁷, Secousse⁷⁸, Laurière⁷⁹, Bonamy, etc. A Academia empreende, também, grandes coleções, semelhantes àquelas dos beneditinos, mas não dispunha das mesmas facilidades nem do conjunto de devotos que supõem obras semelhantes. Ela teve, é verdade, um homem de uma inteligência e de uma atividade extraordinárias, digno de ser comparado a Du Cange ou a Mabillon, mas que não podia bastar às tarefas múltiplas das quais era encarregado, tratasse de Bréquigny. É sobre ele, quase exclusivamente, que repousa todo o

⁷³ *Mémoires concernant l'histoire ecclésiastique et civile d'Auxerre*. Paris, 1743, 2 vol. in-4^o. – *Histoire de la ville et de tout le diocèse de Paris*. Paris, 1754-1757, 15 vol. in-12. – *Recueil de divers écrits pour servir d'éclaircissements à l'histoire de France*. Paris, 1738, 2 vol. in-12. – *Dissertations sur l'histoire ecclésiastique et civile de Paris*. Paris, 1739-1863, 3 vol. in-12, etc., etc.

⁷⁴ *Mémoires sur l'ancienne chevalerie*, Paris, 1759-19781, 3 vol. in-12. Vê-se ensaiar a impressão do Glossário da antiga língua francesa, que, iniciado já no século XVIII, por Mouchet, tinha sido interrompido na página 735 do tomo I.

⁷⁵ Sabe-se que Fréret foi preso na Bastilha em 1714, sobre a acusação de Vertot, por seu discurso sobre *l'origine des Français*. Seus trabalhos de cronologia se encontram nas memórias da Academia de Inscrições e Belas Letras. Eles foram reunidos em suas *Oeuvres completes*. Paris, 20 vol. in-12.

⁷⁶ Voy, op. Cit., p. 19, n. 3.

⁷⁷ *Histoire des chevaliers de Saint-Jean de Jérusalem*. Paris, 1726, 4 vol. in-4^o. *Histoire des révolutions de la République romaine*. Paris, 1752, 3 vol. in-12, etc., etc.

⁷⁸ *Mémoires pour servir à l'histoire de Charles II, roi de Navarre, surnommé le Mauvais*. Paris, 1755-1758, 2 vol. in-4^o. – Seccousse publica, na Reccueil des Ordonnances, os t. III-VIII.

⁷⁹ Laurière trabalha o primeiro na Reccueil des Ordonnances, mas não pôde publicar mais que o primeiro volume e preparar o segundo.

trabalho das cartas e diplomas, da Coletânea de diplomas, da coleção de papéis da Gascogne⁸⁰. Os trabalhos dos beneditinos e aqueles da Academia de Inscrições e Belas Letras estão longe de representar todo o movimento histórico do século XVIII. Dele são a parte mais sólida, mas não a mais brilhante. O espírito aventureiro e inovador do século XVI, apaziguado e comprimido no século XVII, revela-se no XVIII. O libertino Saint-Evremond é o primeiro a fazer da história um assunto político de considerações filosóficas e morais sobre a política, sobre as instituições, sobre o gênio dos diversos povos, sobre o caráter dos escritores que a narram⁸¹. O protestante Louis de Beaufort, em suas pesquisas sobre a República romana, misturava hipóteses ousadas e teorias paradoxais de grande visão, onde os resultados da crítica moderna sustentavam pressentimentos e avanços⁸². O movimento filosófico e as preocupações políticas que agitavam todos os espíritos tratavam, também, sobre os estudos históricos e sua abertura de novos horizontes. Procura-se, então, pela primeira vez, ligar os fatos a idéias gerais; esforça-se por compreender o desenvolvimento da civilização e suas leis. A história universal, que tinha permanecido, por Bossuet, enclausurada no quadro estreito da teologia, torna-se, para o espírito penetrante de Voltaire, em seu *Essai sur les Moeurs*, o assunto de considerações apoiadas sobre uma ciência, por vezes, frágil, mas cuja justeza e a profundidade, freqüentemente

⁸⁰ *Tables chronologiques des diplômes, chartes, titres et actes imprimés concernant l'histoire de France*. Paris, 1769-1783, 3 vol. in-fº. A obra foi continuada pela Academia de Inscrições, que publicou os volumes IV-VII. *Diplomata, chartae, epistolae et alia monumenta ad res franciscas spectantia*, 3 vol. in-fº., 1791. Os vol. II e III desta coletânea contém as cartas de Inocêncio III, reunidas por La Porte Du Theil. O volume contendo os documentos merovíngios foi destruído, tendo escapado somente um pequeno número. Na *Collection des Ordonnances*, Bréquigny é o autor dos tomos X a XIV (o IX é de Secousse, mas foi publicado por Villevaut, que foi colaborador de Bréquigny). São os mais marcantes da coleção. M. Pastoret o continua até o volume XXI, que apareceu em 1849, e se estende até o ano de 1514.

⁸¹ *Observations sur Salluste et Tacite; Réflexions sur les divers génies du peuple romain*.

⁸² *Dissertations sur l'incertitude des cinq premiers siècles de l'histoire romaine*. Utrecht, 1738, in-8º. *La République romaine*, ou plan général de l'ancien gouvernement de Rome. La Haye, 1766, 2 vol. in-4º.

proféticas, surpreendem-nos hoje. Ao mesmo tempo, o despertar das discussões políticas dá um interesse potente às questões relativas à origem das instituições francesas, e transporta-se ao passado todas as paixões do presente. Fréret tinha aprendido, a duras penas, em 1714, que não se podia, impunemente, pensar com independência sobre a maneira cujos reis francos tinham estabelecido seu império na Gália, e Boulainvilliers, ele também, não tinha podido colocar no grande dia suas ousadas teorias aristocráticas sobre a conquista dos galo-romanos pelos francos⁸³. Mas, rapidamente as opiniões puderam se exprimir mais livremente. O livro de Boulainvilliers é impresso, Dubos lhe opõe as teorias que convém a um membro do clero, saído do terceiro estado e respeitoso da realeza. Mais tarde, Mably começa a procurar na história argumentos a favor das idéias democráticas nascentes⁸⁴. Montesquieu foi, no século XVIII, o representante mais eminente deste espírito novo, por sua vez, filosófico e político, aplicado ao estudo da história e das leis. Ele aporta uma elevação de pensamento e uma penetração superiores, mas suas obras são próprias muito mais a estimular e a fecundar o espírito que a esclarecer e a guiar com certeza. De todas estas generalizações, de todos estes sistemas históricos, nenhum devia subsistir em seu conjunto, mas, a partir de todas as questões que tinham sido postas, por vezes com mais amplidão e precisão. Após os trabalhos dos eruditos e aqueles dos filósofos, a história aparecia como a base, o centro e o objetivo de todas as ciências. Todos deviam servi-la, e contribuir para esclarecer o que faz a essência e o interesse verdadeiro da história: o desenvolvimento da humanidade e da civilização.

A Revolução e o Império, que lhe sucede fatalmente, suprimiram quase inteiramente os estudos históricos. A Revolução, em sua grande cegueira contra todas as instituições do passado, em destruindo as ordens religiosas e as Academias, pára, subitamente, todos os trabalhos de erudição. A coletânea dos diplomas de Bréquigny, a Teoria das leis francesas da Mlle.

⁸³ Boulainvilliers estava morto já há cinco anos quando apareceu sua *Histoire de l'ancien gouvernement de la France*. Paris, 1727, 3 vol. in-8º.

⁸⁴ *Observations sur l'histoire de France*. Paris, 1765, 2 vol. in-12.

De Lézardière⁸⁵, não puderam nem mesmo ser colocadas à venda. O governo imperial que, como herdeiro da Revolução, não permitia dizer bem do antigo regime, e como protetor do princípio de autoridade, não permitia dele dizer mal, não foi mais favorável aos estudos históricos. Por outro lado, durante esses anos trágicos de lutas intestinas, primeiramente, seguidos de guerras européias, onde a França não conheceu nem paz nem liberdade, não havia lugar para os trabalhos pacíficos e desinteressados de erudição, não mais que para as vastas concepções da filosofia da história.

O desenvolvimento dos estudos históricos aí não foi mais rápido e mais enérgico que quando a Restauração deu à França, com uma parte de suas tradições passadas, a liberdade e a paz de que tinha sido tão longamente privada. O abismo cavado pela Revolução e o Império entre a antiga e a nova França, permitia julgar o passado com maior distância, com maior imparcialidade, sob um ângulo de perspectiva mais justo; o esforço para retornar às tradições da monarquia legítima dava, ao mesmo tempo, o desejo de se reaproximar do passado e de bem compreendê-lo. Por outro lado, um movimento análogo se produzia em toda a Europa e vinha favorecer o coroamento intelectual que conduzia os espíritos na França para os estudos históricos. No desenvolvimento das ciências positivas, que é a característica distintiva de nosso século, corresponde, no domínio que chamamos *littéraire*, o desenvolvimento da história, que tem por objetivo submeter a um conhecimento científico e mesmo a leis científicas todas as manifestações do espírito humano. As criações originais do espírito tornam-se cada vez menos numerosas, a contemplação puramente estética das obras intelectuais foi, de mais a mais, negligenciada para fazer frente às pesquisas históricas. História das línguas, história das literaturas, história das instituições, história das filosofias, história das religiões, todos os estudos que têm o homem e os fenômenos do espírito humano por objeto assumiram um caráter histórico. Nosso século é o século da história.

Graças aos progressos das ciências e dos métodos científicos, a história possui, hoje, maravilhosos meios de investigação. Pela filologia comparada,

⁸⁵ *La théorie des lois politiques de la Monarchie française* só foi colocada à venda em 1844. Paris, 4. vol. in-8º.

pela antropologia, pela própria geologia, ela mergulha seus olhares em épocas para as quais os monumentos estão ausentes assim como, também, os textos escritos. Ciências assessórias, a numismática, a epigrafia, a paleografia, a diplomática lhe fornecem documentos de uma autoridade indiscutível. Enfim, a crítica dos textos, estabelecida sobre princípios e classificações verdadeiramente científicos, permite-lhe reconstituir, senão em sua pureza primitiva, ao menos sob uma forma o menos alterada possível, todos os escritos históricos, jurídicos, literários que não nos foram conservados em manuscritos originais e autógrafos. Assim, secundada, armada de similares instrumentos, a história pode, com um método rigoroso e uma crítica prudente, senão descobrir sempre a verdade completa, ao menos determinar exatamente sobre cada ponto, o certo, o verossímil, o duvidoso e o falso.

É a Alemanha quem contribuiu mais fortemente para o trabalho histórico de nosso século. De outros países pode-se citar nomes de historiadores tão ilustres como os seus. Mas de nenhum se poderia citar um tão grande número; nenhum poderia se glorificar de ter feito tanto progredir a ciência. Esta superioridade, a Alemanha a deve, sem dúvida, a seu próprio gênio, essencialmente próprio aos estudos pacientes da erudição; ela a deve, também, ao pouco desenvolvimento que a vida política e a vida industrial tiveram do outro lado do Reno até uma época recente e à alta estima em que sempre teve os trabalhos do espírito; ela a deve, sobretudo, à forte organização de suas universidades. Ao invés de desaparecer lentamente, como na França, a partir do século XVI, para não deixar subsistir mais que colégios de instrução secundária, o ensino superior era, ao contrário, gradualmente modificado segundo as necessidades do tempo, tinha despojado as tradições eclesiásticas e teológicas da idade média para se abrir ao espírito livre e laico, e tinha conservado a alta direção intelectual de seu país. Os hábitos universitários aí foram mantidos e, mesmo, desenvolvidos. Também, assim como na França, o movimento científico e literário é quase absolutamente estranho às universidades e se concentra na magistratura, no clero e nas academias; ao invés de, na Alemanha ele se concentra nas universidades. A própria teologia, longe de ser um obstáculo aos estudos sérios, torna-se, graças ao espírito de livre exame que reina, o domínio onde a crítica se exerce com maior minúcia e rigor. Graças a estas grandes

corporações sábias e magistras, puderam se estabelecer fortes tradições científicas, hábitos universais de método e de crítica. Pela força mesma das coisas e sem conhecimento pré-estabelecido, a exploração dos diversos domínios da história seguiu uma trajetória regular e sistemática, e foi facilitada pelo trabalho em comum, tão natural, para se estabelecer entre os professores de uma universidade secundada por seus alunos. Pode-se, sem dúvida, apontar para mais de uma debilidade da ciência alemã contemporânea, sua prolixidade, suas minúcias, suas sutilezas, os esforços que ela despende freqüentemente para chegar a resultados mesquinhos, o pouco de incomodação que ela confere à forma literária e que provem, parte de sua arrogância, parte de sua impotência. O trabalho que ela consumou neste século não é menos notório. Publicações de textos, críticas de fontes históricas, elucidação paciente de todas as partes da história examinadas uma a uma e sob todos seus aspectos, nada foi negligenciado. Basta-nos lembrar os nomes de Lassen, de Boeckh, de Niebuhr, de Mommsen, de Savigny, d'Eichhorn, de Ranke, de Waitz, de Pertz, de Gervinus, lembrar a coleção do *Corpus Inscriptionum*, aquela dos *Monumenta Germaniae*, aquela dos *Jahrbücher des Deutschen Reiches*, aquela das *Chroniken der Deutschen Staedte*; as *Fontes rerum Austriacarum*, o *Scriptores rerum Prussicarum*, etc., etc., e as publicações excelentes das inúmeras sociedades históricas representativas da Alemanha. Pode-se comparar a Alemanha a um vasto laboratório histórico onde todos os esforços são concentrados e coordenados e onde nenhum esforço é perdido. Para aí apreciar, em seu justo valor, o movimento histórico, seria necessário passar em revista todas as outras ramificações de estudos, pois o método histórico é aplicado em todas as áreas. Todas as outras ciências, filologia, direito, teologia, filosofia, se servem da história e são consideradas por ela para efeitos de contribuição. Seria muitíssimo injusto imaginar, como o fizemos algumas vezes, que a ciência alemã é desprovida de idéias gerais e se reduz a pesquisas de curiosidade erudita. As idéias gerais aí abundam, ao contrário; somente não são fantasias literárias, inventadas em um momento no capricho e para o charme da imaginação; não são sistemas e teorias destinadas a agradar por sua bela aparência e sua estrutura artística; são idéias gerais de um caráter científico,

ou seja, generalizações de fatos lentamente e rigorosamente estabelecidos, ou hipóteses destinadas a explicar os fatos já conhecidos e a servir de exploração dos fatos ainda obscuros. É graças a estas idéias gerais que as ciências históricas podem merecer realmente o nome de ciências. Estabelecer as bases sólidas e realizar progressos precisos. Nenhum país contribuiu mais que a Alemanha para dar aos estudos históricos este caráter de rigor científico.

O desenvolvimento dos estudos históricos na França está longe de ter tido a mesma regularidade. As causas devem, a esse respeito, serem procuradas, como na Alemanha, no gênio da nação, mais espontâneo, mais impaciente, mais inclinado às seduções da imaginação e da arte; mas, também, na ausência de todo ensino superior eficaz, de toda disciplina científica geral, de toda autoridade diretiva, das regras do método, dos hábitos do trabalho coletivo, que vem da alta educação universitária. A Academia de Inscrições sucede, em 1816, aos beneditinos, para a conclusão dos grandes trabalhos que tinham empreendido os Historiadores da França, a Gallia Christiana e a História literária; retoma os trabalhos da antiga Academia, os Quadros e a Coletânea de diplomas e cartas e a Coletânea das Ordenanças, empreende, mesmo, uma nova coleção, aquela dos Historiadores das Cruzadas, e estabelece altos preços para os trabalhos históricos, sem ter jamais, contudo, exercido sensível influência sobre a direção dos estudos. Ganhamos, talvez, em originalidade, ao menos do ponto de vista da forma literária; perdemos, contudo, do ponto de vista da utilidade científica dos trabalhos de nossos historiadores. Eles são quase todos *autodidatas*; eles não tiveram mestres e não formaram alunos. Eles impõem à história o empréstimo de seu temperamento, de sua personalidade. Eles são, ordinariamente, mesmo os mais eruditos, literários antes de serem sábios. A prova disto é que não se os vê retomar e corrigir suas obras para as colocarem no progresso da ciência. Eles as reeditam há vinte anos sem nada mudar⁸⁶. *Sint ut sunt aut non sint*. O que lhes importa em seus escritos é menos os próprios fatos que a forma que eles lhes deram.

⁸⁶ Veja-se Michelet, Guizot e o próprio Aug. Thierry.

A esta ausência de tradições científicas e de unidade de direção, aos caminhos da imaginação vêm se juntar as paixões políticas e religiosas. Os mais eminentes entre nossos historiadores se deixam todos fortemente influenciar suas teorias, em suas apreciações e mesmo em sua crítica dos fatos, pelas paixões contemporâneas. Isso é bem verdade tanto em Thierry quanto em Guizot; tanto em Michelet quanto em Thiers. O exemplo e a lembrança do século XVIII colocava-os, por outro lado, face às generalizações precipitadas, e eles imaginavam que uma vez a Revolução consumada, e, sobretudo, a carta de 1830 uma vez proclamada, era chegado o momento de escrever de uma maneira definitiva a história geral da França, ou mesmo, como E. Quinet, traçar, em algumas páginas, a Filosofia da História da França.

Quaisquer que tivessem sido, contudo, os defeitos de nossos historiadores mais ilustres, eles prestaram imensos serviços. Este sentimento artístico e literário, esta potência de imaginação que lhes fazia substituir muito freqüentemente suas paixões pessoais à realidade dos fatos, lhes permitiu, ao mesmo tempo, ressuscitar o passado, dar-lhe suas verdadeiras cores, fazer compreender, por assim dizer, pelos olhos, em lhe dando um relevo, uma vida extraordinária. Estas paixões políticas e religiosas, que os conduziram tão freqüentemente a alterar a verdade, também lhes permitiram penetrar mais profundamente que outros na alma dos homens de outrora, de desvendar seus sentimentos íntimos, de compreender o lado psicológico e humano da história. Esta tendência a filosofar que engendrou tanto teorias precoces e falsas, revelou, freqüentemente, as relações íntimas e escondidas dos acontecimentos, e a gravidade dos fatos aparentemente insignificantes. É aos historiadores franceses que pertence, sobretudo, a glória de ter colocado a vida na história, de ter procurado o homem no lugar dos fatos, e de ter criado uma agitação intelectual fecunda pela quantidade de pontos de vista novos, de idéias gerais, prematuras freqüentemente, mas quase sempre engenhosas e interessantes, que difundiram seus escritos. Sua influência foi imensa, e os alemães, cujo método foi contraposto ao seu, são os primeiros a reconhecê-la. Chateaubriand renovou a concepção que se fazia da história da França em suas *Considérations*, plenas de intuições de

gênio; Aug. Thierry, cuja vocação histórica despertou a leitura de Chateaubriand, restituiu aos tempos bárbaros e à idade média suas verdadeiras cores; Guizot procurou decompor em seus elementos a civilização da Europa e aquela da França, e mostrou, na Revolução da Inglaterra, o jogo das paixões políticas e religiosas; Michelet melhor que ninguém soube fazer reviver não somente a aparência exterior do passado, mas as paixões, os sentimentos e as idéias que agitaram os homens; enfim, Tocqueville, em seu livro inacabado sobre o *Ancien Régime et la Révolution*, apoiando suas idéias gerais sobre um estudo sério dos fatos, modificava completamente as idéias recebidas sobre as relações que uniam a nova França à velha, e via uma continuação lógica lá onde tínhamos crido ver uma contradição radical. Ao lado desses *Dii majores* da literatura histórica na França, encontramos admiráveis narradores, como Barante, Thiers e Mignet, e um escritor mais poeta que sábio, no espírito vago e aventureiro, mas que, nas suas Revoluções da Itália e em seu livro sobre a Revolução francesa, fez verdadeiras adivinhações históricas, Edgar Quinet.

Estes grandes nomes estão longe de representar, por outro lado, de uma maneira completa, o movimento histórico da França contemporânea. Houve, ao lado deles, e, em alguma medida sob sua direção, um movimento menos representativo, mais pacífico, mais regular, e cujos frutos menos aparentes não são menos apreciados. A França teve, também, seus eruditos, seus críticos, seus pacientes exploradores do passado, menos numerosos que aqueles da Alemanha, sem dúvida, mas, sobretudo, menos conhecidos na França, mesmo que os eruditos alemães não o sejam entre eles, porque a ciência, quando está despojada do charme da forma, não tem entre nós um lugar tão importante como entre nossos vizinhos. Nós já lembramos que a Academia de Inscrições reconstituída tinha recolhido a herança de trabalho dos beneditinos e a tinha anexado àquela que lhe legava a antiga Academia destruída pela Revolução. A Escola das cartas, fundada em 1821 para formar arquivistas e bibliotecários, torna-se, graças à inteligente direção que recebeu, uma verdadeira escola de história nacional e de história da idade média. Para ela, a França teve, desde há meio século, o primeiro lugar nos trabalhos de diplomática e de paleografia. O nome de Benjamin Guérard bastaria para ilustrar. É à sua iniciativa que devemos numerosas

publicações de cartulários que formam, hoje, uma coleção das mais preciosas para o estudo das instituições civis na idade média. Os próprios beneditinos tentavam renovar, em Solesmes, as tradições de Saint-Germain-des-Prés, e foram bem sucedidos no que concerne aos trabalhos de erudição puramente eclesiástica. Sob a influência de Guizot, a publicação dos textos históricos assumia um desenvolvimento súbito pela criação da coleção dos Documentos inéditos publicados sob os auspícios do Ministro da Instrução pública, e pela fundação da Sociedade de História da França. Ao mesmo tempo, as Sociedades sábias se multiplicavam na província, e o Comitê dos trabalhos históricos era criado no Ministério da Instrução pública para lhe servir de centro e, em alguma medida, de guia. Enfim, a Escola arqueológica de Atenas, fundada em 1846, contribuía para revelar, na França, o gosto pelo estudo da Antigüidade grega, estranhamente negligenciada entre nós. Podemos esperar que a criação recente da Escola arqueológica de Roma produza o mesmo resultado para a filologia latina e a história romana, visto que a França, herdeira de Roma, não tem mais que negligenciado a antigüidade grega.

A infelicidade da qual a ciência histórica mais sofreu na França é a separação ou, para melhor dizer, a espécie de antagonismo que se quis por longo tempo estabelecer entre a literatura e a erudição. Muitos letrados foram afetados por uma espécie de desconfiança pelas pesquisas da erudição, crendo que a imaginação, o bom senso, uma certa dose de espírito filosófico e o estilo tomavam o lugar de tudo; os eruditos por seu lado têm, por vezes, mostrado uma desconfiança excessiva para com a forma literária, uma aversão não razoável pelas idéias gerais, onde não quiseram ver mais que fantasias ou frases, e se refugiaram com uma espécie de posicionamento de minúcias de detalhes dos fatos, freqüentemente sem interesse. Os homens que verdadeiramente ilustraram a ciência histórica não a entendiam assim. Aug. Thierry não cria, neste ponto, transgredir seu talento literário quando consagrava seus esforços para reunir e classificar os documentos relativos à história do terceiro estado; Michelet procurava conter sua imaginação a esse respeito não avançando nada que não pudesse apoiar sobre textos, e via os arquivos como o verdadeiro laboratório do historiador; ninguém fez mais que Guizot para a publicação dos textos e dos documentos históricos.

Mas esses homens eminentes não puderam se opor às conseqüências fatais da falta de um ensino superior bem organizado, espaço em que a juventude viria, por vezes, procurar uma cultura geral e hábitos de método, de crítica e de severa disciplina intelectual. Hoje, uns, recebem a instrução muito especial da Escola das Cartas, outros, a instrução muito geral da Escola normal, e a Escola de altos estudos não tem, ainda, o sucesso que ela teria desejado em criar um liame eficaz entre as duas escolas. Quanto àqueles que se formam fora dessas Escolas, eles se instruem como podem, fazem eles mesmos seu método e seus princípios de crítica, e não chegam, o mais freqüentemente, depois de muitos esforços, mais que a resultados muito medíocres.

Hoje, entretanto, se a França tem a infelicidade de ver desaparecer um após o outro, sem que sejam substituídos, todos os historiadores que fizeram sua glória pelo gênio de pensadores e escritores têm ao menos este consolo, de ver os seus métodos de trabalho e de crítica se disseminarem cada vez mais freqüentemente, o antagonismo entre a literatura e a erudição diminuir, e uma concepção mais justa da ciência histórica se constrói gradualmente. As Escolas, por muito tempo rivais, aproximam-se, e lamentam, talvez, de não poderem se fundar em uma unidade mais larga de grandes Universidades nacionais, onde todas as ciências, como todas as idéias e todas as tendências encontrariam seu lugar, sendo, seriamente, representadas. Compreendemos o perigo das generalizações prematuras, dos vastos sistemas *a priori* que têm a pretensão de tudo abarcar e de tudo explicar. Compreendemos, também, o pouco interesse que oferecem pesquisas de pura curiosidade, que não são guiadas por nenhuma idéia de conjunto, por nenhum plano traçado de antemão. Sentimos que a história deve ser o objeto de uma investigação lenta e metódica, onde se avança, gradualmente, do particular ao geral, do detalhe ao conjunto; onde esclarecesse, sucessivamente, todos os pontos obscuros afim de ter, enfim, quadros completos e de poder estabelecer, sobre grupos de fatos bem constatados, idéias gerais susceptíveis de provas e de verificação. É pouco provável que a segunda metade do século visse surgir obras históricas tão clarividentes como aquelas que ilustraram a primeira, mas podemos afirmar que a atividade histórica aí será fecunda. Vemos já os progressos consumados na

publicação dos textos, na crítica das fontes, no estudo paciente e detalhado das épocas; é já aí que podemos narrá-lo em seu conjunto. Todos os sábios estão, ao mesmo tempo, persuadidos de que o estilo e a forma literária estão longe de ser ornamentos supérfluos; que eles acompanham, quase sempre, os trabalhos muito bem elaborados, e que somente eles lhes dão um valor durável. O estilo não consiste em elaborar frases sonoras, mas em revestir o pensamento da forma que lhe convém; a crítica histórica tanto quanto a história narrativa comportam, cada uma, formas literárias especiais, e o talento de escrever e de compor encontra-se no exercício, tanto numa quanto na outra. A crítica, por outro lado, não trabalha mais que para preparar as vias para a história narrativa e, mesmo, em certa medida, para a história filosófica. É nestes quadros mais vastos que o talento e o gênio podem, naturalmente, mais contribuir para a carreira.

Apesar de todos os progressos consumados estamos, ainda, em um período de preparação, de elaboração dos materiais que servirão mais tarde para construir edifícios históricos mais vastos. O século XVI foi a época das descobertas e das primeiras explorações. Somos abordados, pela primeira vez, sobre o terreno desconhecido onde dormiam esparsos os fragmentos do passado. Somos lançados sobre estes restos veneráveis com um entusiasmo sem regra, nós os condensamos ao acaso, e quando das disputas explosivas, os sábios, transformados em combatentes, deles se fazem valer. A grande erudição do século XVII e do XVIII fez, com uma paciência e um devotamento admiráveis, um primeiro trabalho de coleta e de classificação. Então vieram os historiadores filósofos, generalizadores, artistas, do século XVIII e do começo do XIX, que estabeleceram a obra tão avançada para empreender a construção do edifício. A tentativa era prematura. Eles não conheciam tão bem o verdadeiro valor e o caráter exato dos materiais dos quais eles se serviam; eles aí fizeram construções disparatadas, onde o verdadeiro se mistura ao falso⁸⁷. Mas eles traçaram, ao mesmo tempo, um plano ideal do

⁸⁷ Um homem de espírito comparava suas obras a estas restaurações dos arqueólogos de quarenta anos, onde cabeças de homens se acoplam a corpos de mulher, onde fragmentos de arquitetura de todas as épocas serviam para reconstituir o túmulo fictício de Heloísa e de Abelardo.

edifício, indicando o objetivo que devia ser perseguido: procurar na história o próprio homem, sua aparência exterior como sua vida íntima, as leis que determinaram o desenvolvimento de suas idéias e de seus sentimentos. A erudição do século XIX retoma, com procedimentos mais seguros, um método mais científico, o trabalho de exame e de classificação feito um pouco precipitadamente no século XVII e no XVIII. Os espíritos generalizadores, os artistas, vieram a seu turno, mas, animados de reserva e de prudência, não se serviam mais que de materiais experimentados e autênticos, e deixando voluntariamente inacabadas as partes do edifício que a ciência não pôde reencontrar e cuja imaginação só pode adivinhar vagamente as formas prováveis.

O progresso consumado até aqui não fez, então, mais que colocar em evidência as condições de uma investigação verdadeiramente científica, e esta investigação começa solitariamente. Todos aqueles que a ela se entregam são solidários uns aos outros; eles trabalham na mesma obra, executam partes diversas do mesmo plano, tendem ao mesmo objetivo. É útil, mesmo indispensável, que eles se sintam unidos todos conjuntamente, e que seus esforços sejam coordenados para serem mais potentes. Diversos meios podem para isso contribuir. Um ensino superior bem organizado para isso contribuiria mais que qualquer outra coisa. As Sociedades sábias sérias, tais como nós, possuem muitos, e deles se servem potentemente. A *Revue Historique* parece, hoje, querer trabalhar no mesmo objeto. Ela quer não somente favorecer a publicação de trabalhos de detalhes originais e sérios, mas, ainda, e, sobretudo, servir de liame entre todos aqueles que consagram seus esforços para a vasta e múltipla investigação da qual a história é o objeto, fazer-lhe sentir sua solidariedade, fornecer-lhe ensinamentos precisos e abundantes sobre tudo o que está consumado na hora atual nos domínios variados das ciências históricas. Nós queremos contribuir para formar, pelo exemplo de um bom método, os jovens que querem entrar na carreira histórica, encorajar e manter no bom caminho aqueles que aí já marcham, servir a todos de centro de agrupamento e de informação.

Há nove anos, uma Revista foi fundada com intenções análogas às nossas, trata-se da *Revue des Questions historiques*. O sucesso que a acolheu,

os felizes resultados que produziu, o proveito que nós próprios retiramos de sua leitura foram, para nós, um encorajamento para imitá-la. Mas, ao mesmo tempo, ela se desvencilhou tão sensivelmente do ideal que nós nos propomos diferir, para que sua existência não tenha tornado a nossa inútil. Ela não foi fundada simplesmente em vista da pesquisa desinteressada e científica, mas para a defesa de certas idéias políticas e religiosas. O sentido no qual as pesquisas históricas devem ser dirigidas é indicado antes por certas idéias gerais que, expressas ou subentendidas, parecem aceitas de antemão por todos os colaboradores.

É sobre um princípio inteiramente oposto que fundamos a *Revue Historique*. Pretendemos permanecer independentes de toda opinião política e religiosa, e a lista de homens eminentes que de bom grado quiseram acordar seu apoio à *Revue* prova que eles crêem este programa realizável. Eles estão longe de professar todos as mesmas doutrinas em política e em religião, mas pensam, como nós, que a história pode ser estudada por ela mesma, e sem se preocupar com as conclusões que podem daí ser retiradas por ou contra tal ou tal crença. Sem dúvida, as opiniões particulares influem sempre, em certa medida, sobre a maneira com a qual estudamos, com a qual vemos e com a qual julgamos os fatos ou os homens. Mas, devemos nos esforçar em descartar estas causas de prevenção e de erro para não julgar os acontecimentos e as personagens mais que por eles mesmos. Não admitiremos, por outro lado, opiniões e apreciações divergentes, salvo condições de que sejam apoiadas sobre provas seriamente discutidas e sobre fatos, e que não sejam simples afirmações. Nossa *Revue* será uma coletânea da ciência positiva e de livre discussão, mas ela se enclausurará no domínio dos fatos e permanecerá fechada às teorias políticas ou filosóficas.

Nós não adotaremos, então, nenhuma bandeira; não professaremos nenhum credo dogmático; não nos abrigaremos sob as ordens de nenhum partido; o que não quer dizer que nossa *Revue* será uma babel em que todas as opiniões virão se manifestar. O ponto de vista estritamente científico ao qual nós nos colocamos bastará para dar à nossa coletânea a unidade de tom e de caráter. Todos aqueles que se colocam nesta perspectiva a respeito do passado experimentam, a este respeito, um mesmo sentimento: uma simpatia

respeitosa, mas independente. O historiador não pode, na verdade, compreender o passado sem uma certa simpatia, sem esquecer seus próprios sentimentos, suas próprias idéias, para se apropriar um instante daquele dos homens de outrora, sem se colocar no seu lugar, sem julgar os fatos no meio em que eles são produzidos. Ele aborda, ao mesmo tempo, o passado com um sentimento de respeito, porque ele sente melhor que ninguém os mil liames que nos unem aos ancestrais; ele sabe que nossa vida é formada da sua, nossas virtudes e nossos vícios de suas boas e de suas más ações, que somos solidários uns dos outros. Há alguma coisa de filial no respeito com o qual ele procura penetrar em sua alma; ele se considera como o depositário das tradições de seu povo e daquelas da humanidade.

Ao mesmo tempo, o historiador conserva, contudo, a perfeita independência de seu espírito e não abandona em nada seus direitos de crítica e de juízo. O tesouro das tradições antigas se compõe de elementos os mais diversos, eles são o fruto de uma sucessão de períodos diferentes, mesmo de revoluções, que, cada uma a seu tempo e a seu turno tiveram, todas, sua legitimidade e sua utilidade relativas. O historiador não se faz o defensor de uns contra os outros; ele não pretende eliminar fatos relevantes da memória de alguns homens para dar a outros um lugar imerecido. Ele se esforça por desembaralhar suas causas, por definir seu caráter, definir seus resultados no desenvolvimento geral da história. Ele não privilegia a monarquia em nome do mundo feudal, nem a 89 em nome da monarquia. Ele mostra os liames necessários que religam a Revolução ao antigo Regime, o antigo Regime à idade média, a idade média à antiguidade, notando, sem dúvida, as faltas cometidas e que é bom conhecer para se evitar seu retorno, mas, não se esquecendo, que seu papel consiste, antes de mais, em compreender e em explicar, não em louvar e condenar.

Bem poucos historiadores se elevam, é verdade, a esta imparcialidade científica. Primeiramente, uns se fazem advogados do passado, maldizendo cada mudança que o progresso dos tempos traz e se consomem em lamentos estéreis sobre o que ele destruiu sem retorno; outros, ao contrário, se fazem acusadores do passado, apologistas de todas as revoltas e de todos as revoluções, incapazes de compreender os grandes disparates, em sua

impaciência, de um ideal sempre por vir. O verdadeiro historiador é aquele que, elevando-se acima dos posicionamentos apaixonados e exclusivos, concilia tudo o que há de legítimo no espírito conservador com as exigências irresistíveis do movimento e do progresso. Ele sabe que a vida e a história estão em perpétua mudança; mas que o que muda é sempre uma transformação de elementos antigos, jamais uma criação inteiramente nova. Ele dá às gerações presentes o vivo sentimento, a consciência profunda da feliz e necessária solidariedade que os une em gerações anteriores, mas aí lhes fazendo sentir, ao mesmo tempo, que essas tradições, que são uma força para seguir adiante, tornar-se-iam funestas se quiséssemos aprisioná-las, como em formas imutáveis.

Nossa época, mais que todas as outras, é própria a este estudo imparcial e simpático do passado. As revoluções que sacudiram e agitaram o mundo moderno fizeram desvanecer nas almas o respeito supersticioso e as venerações cegas, mas elas têm feito compreender, ao mesmo tempo, tudo o que o povo perde de força e de vitalidade quando rompe violentamente com o passado. No que concerne especialmente à França, os acontecimentos dolorosos que criaram em nossa pátria partidos hostis, ligando-se cada um a uma tradição histórica especial, e aqueles que, mais recentemente, mutilaram a unidade nacional lentamente criada por séculos, lembram-nos o dever de revelar, na alma da nossa nação, a consciência dela mesma, pelo conhecimento aprofundado de sua história. É por aí, somente, que podemos compreender o liame lógico que religa todos os períodos do desenvolvimento do nosso país e, mesmo, todas as revoluções: é por aí que todos se sentirão filhos do mesmo solo, crianças da mesma raça, não desacreditando nenhuma parte da herança paternal, todos filhos da velha França e, ao mesmo tempo, todos cidadãos da França moderna.

É assim que a história, sem se propor *outro objetivo e outro fim que o proveito que tiramos da verdade*⁸⁸, trabalha de maneira secreta e segura para garantir a grandeza da Pátria ao mesmo tempo em que, também, para o progresso do gênero humano.

⁸⁸ La Popelinière, *Premier livre de l'Idée de l'Histoire accomplie*, p. 66.



Advertência

Charles Victor Langlois e Charles Seignolos

O título desta obra é claro. Entretanto, é necessário dizer claramente o que quisemos e o que não quisemos fazer; pois, sob este mesmo título: “Introdução aos estudos históricos”, livros muito diferentes já foram publicados.

Não quisemos apresentar, como W.B. Boyce¹, um resumo da história universal para o uso de iniciantes e de pessoas apressadas.

Não quisemos enriquecer de um número a literatura tão abundante daquela a que chamamos, ordinariamente, “Filosofia da história”. Pensadores, que, em sua maioria, não são historiadores de profissão, fizeram da história o tema de suas meditações; procuraram as “similitudes” e as “leis”; alguns creram descobrir “as leis que presidiram o desenvolvimento da humanidade”, e “constituir”, assim, “a história em ciência positiva²”. Estas vastas construções abstratas inspiram, não somente no público, mas, também, nos espíritos da elite, uma desconfiança *a priori*, que é invencível.

Fustel de Coulanges, diz seu último biógrafo, era severo para com a Filosofia da história; tinha por esses sistemas a mesma aversão que os positivistas nutriam pelos conceitos puramente metafísicos. Com ou sem razão (sem razão, sem dúvida), a Filosofia da história, não tendo sido cultivada somente por homens bem informados, prudentes, de inteligência vigorosa e sã, é desconsiderada. Que aqueles que dela duvidam – como

¹ W. B. Boyce, *Introduction to the study of history, civil, ecclesiastical and literary*. London, 1884, in-8.

² Como, por exemplo, P.-J.-B. B. Buchez, em sua *Introduction à la science de l'histoire*. Paris, 1842, 2 vol. in-8.

aqueles, por outro lado, que dela se interessam – sejam advertidos: dela não trataremos aqui³.

Nós nos propomos aqui examinar as condições e os procedimentos, e indicar o caráter e os limites do conhecimento histórico. Como podemos saber, do passado, o que é possível e o que importa saber? O que é um documento? Como tratar os documentos tendo em vista a obra histórica? O que são os fatos históricos? E como agrupá-los para construir a obra histórica? Quem quer que se ocupe da história prática, mais ou menos inconscientemente, operações complicadas de crítica e de construção, de análise e de síntese. Mas os iniciantes e a maioria das pessoas que jamais refletiram sobre os princípios do método das ciências históricas empregam, para efetuar estas operações, procedimentos instintivos que, não sendo, em geral, procedimentos racionais, não conduzem, de ordinário, a uma verdade científica. É, então, útil conhecer e justificar, logicamente, a teoria dos procedimentos verdadeiramente racionais, assegurada, hoje, em algumas de suas partes, contudo, inacabada em pontos de capital importância.

Assim, a presente “Introdução aos estudos históricos” é conhecida não como um resumo dos fatos conhecidos, ou como um sistema de idéias gerais a respeito da história universal, mas como um ensaio sobre o método das ciências históricas.

Eis porque a cremos oportuna, e eis o espírito no qual resolvemos escrevê-la.

I

Os livros que tratam da metodologia das ciências históricas não são menos numerosos, mas não gozam de um melhor renome que os livros

³ A história das tentativas feitas para compreender e explicar filosoficamente a história da humanidade foi empreendida, como o sabemos, por Robert Flint. R. Flint já deu a lume à história da Filosofia da história nos países de língua francesa: *Historical Philosophy in France and French Belgium and Switzerland*. Edinburgh-London, 1893, in-8. — É o primeiro volume da reedição desenvolvida em sua “*Histoire de la philosophie de l’histoire en Europe*”, publicada há vinte e cinco anos. Compare-se a parte retrospectiva (ou histórica) da obra de N. Marselli: *la Scienza della storia*, I. Torino, 1873.

A obra original mais considerável que tinha aparecido na França desde a publicação do repertório analítico de R. Flint é aquela de P. Lacombe, *De l’histoire considérée comme science*. Paris, 1894, in-8. Cf. *Revue critique*, 1895, I, p. 132.

sobre Filosofia da história. Os especialistas os desconsideraram. Resumia uma opinião muito difundida o sábio que, a esse respeito, dizia: “Você quer escrever um livro sobre Filologia; faça-nos, então, uma excelente obra de Filologia. Eu, quando me perguntam: Que é a Filologia? respondo: é isso o que eu faço⁴.” Ele não cria dizer, e não dizia, na verdade, mais que um lugar comum, o crítico que, a respeito de *Précis de la science de l'histoire*, de J. G. Droysen, assim se exprimia: “Em geral, os tratados deste gênero são, fatalmente, a um só tempo, obscuros e inúteis: obscuros porque não há nada de mais vago que seu objeto; inúteis porque pode-se se tornar historiador sem se preocupar com os princípios da metodologia histórica que têm a pretensão de expor⁵. — Os argumentos destes adversários da metodologia parecem bastante fortes. Eles retomam as proposições seguintes: na verdade, existem pessoas que praticam manifestamente os bons métodos e que são reconhecidas por todo mundo como eruditas ou como historiadores de primeira ordem, sem terem jamais estudado os princípios do método; reciprocamente, não se vê mais que aqueles lógicos que escreveram sobre a teoria do método adquirirem, da autoridade que daí advém, como eruditos ou como historiadores, uma superioridade na área, não importa qual seja. Alguns são, mesmo, notoriamente eruditos, ou, historiadores completamente impotentes ou medíocres. Até aqui, nada de extraordinário. Antes de realizarem pesquisas originais, químicos, matemáticos e cientistas de outras áreas estudam a teoria dos métodos em suas respectivas ciências? A crítica histórica! Mas, o melhor meio de aprendê-la é praticá-la⁶! Espremamos, por outro lado, os escritos que existem sobre o método histórico, mesmo os mais recentes,

⁴ *Revue critique d'histoire et de littérature*, 1892, I, p. 164.

⁵ *Ibidem*, 1888, II, p. 295. — Cf. *le Moyen Age*, X (1897), p. 91: “Estes livros (os tratados de método histórico) são pouco lidos por aqueles para os quais poderiam ser úteis, ou seja, os amadores que ocupam seus lazeres em fazer pesquisas históricas; e quanto aos eruditos de profissão, é com as lições dos mestres que aprenderam a conhecer os instrumentos de trabalho e a maneira pela qual dela se servem, sem contar que o método histórico é o mesmo que aquele das outras ciências de observação, e pode-se dizer, em algumas palavras, no que ele consiste...”

⁶ É, sem dúvida, em virtude do princípio de que o método histórico só pode ser ensinado pelo exemplo que L. Maria, não sem prazer, intitulou “*Corso pratico di metodologia della storia*”, uma dissertação sobre um ponto particular da história da cidade de Fermo. Ver: *Archivio della Società romana di storia patria*, XIII (1890), p. 211.

aqueles de J.G. Droysen, de E. A. Freeman, de A. Tardif, de U. Chevalier, etc. : não extrairemos, na verdade, idéias claras, mas tão somente verdades evidentes por elas mesmas, verdades de La Palice⁷.

Reconhecemos de bom grado que, neste modo de ver, nem tudo é falso. – A imensa maioria dos escritos sobre o método de investigação em História e sobre a arte de escrevê-la – o que se chama na Alemanha e na Inglaterra *Historik* – é superficial, insípida, ilegível, além de ridícula⁸. Os antigos, aqueles que são anteriores ao século XIX, analisados com liberdade

⁷ Ver a resenha do opúsculo de E. A. Freeman, *The methods of historical study*, na *Revue critique*, 1887, I, p. 376. Este opúsculo, diz o crítico, é banal e vazio. Vê-se “que a história não é um estudo tanto natural quanto vão como pensa o povo, que ela tange todas as ciências e que o historiador, verdadeiramente digno deste nome, deveria tudo saber; que a certeza histórica é impossível de se obter, e que, para dela se achegar o mais próximo possível, é necessário recorrer sem cessar às fontes originais; que é necessário conhecer e praticar os melhores dentre os historiadores modernos, mas sem jamais perder de vista que eles escreveram em relação às palavras que pregaram. E eis tudo”. Conclusão: Freeman “Sem dúvida ensinava melhor o método histórico pela prática, visto não ter sido bem sucedido pela teoria. Cf. *Boward et Pécuchet*, de G. Flaubert. Trata-se de dois imbecis, que, entre outros projetos, desenvolveram aquele de escrever a história. Para ajudá-los, um de seus amigos lhes envia (p.156) “regras de crítica tiradas do Curso de Daunou”, a saber: “Citar como prova o testemunho das massas, é ter más provas; pois, elas não existem para afirmar ou negar o que procuramos. – Rejeitar as coisas impossíveis: fazer ver a Pausânias a pedra engolida por Saturno. – É necessário levar em conta a habilidade dos falsários, o interesse dos apologistas e dos caluniadores.” A obra de Daunou contém uma quantidade de truísmos tão patentes e mais cômicos ainda do que estes.

⁸ R. Flint (*o. c.*, p. 15) se felicita de não ter para estudar a literatura da *Historic*, pois “a very large portion of it is so trivial and superficial that it can hardly ever have been of use even to persons of the humblest capacity, and may certainly now be safely consigned to kindly oblivion”. Contudo, R. Flint deu, em seu livro, uma lista sumária dos principais monumentos desta literatura nos países de língua francesa, desde a origem. Uma percepção mais geral e mais completa (mesmo que muito sumária, ainda) desta literatura em todos os países é fornecida pelo *Lehrbuch der historischen Methode*, de E. Bernheim (Leipzig, 1894, in-8), p. 143 e seguintes. – Flint (que tomou contato com algumas obras desconhecidas por Bernheim) deteve-se no ano de 1893, Bernheim, no ano de 1894. Desde 1889 encontra-se nos *Jahresberichte der Geschichtswissenschaft* uma resenha periódica dos escritos recentes sobre o método histórico.

por P.-C.-Daunou, no tomo VII de seu *Cours d'études historiques*⁹, são quase todos simples tratados de retórica, cuja retórica é ultrapassada, onde se discute com gravidade os mais divertidos problemas¹⁰. Daunou ridiculariza os jocosamente, mas não fez demonstrar mais que bom senso em sua obra monumental, que, hoje, não parece pouco melhor e não é, certamente, mais útil que as produções antigas¹¹. Quanto aos modernos, é bem verdade que nem todos souberam evitar os dois perigosos obstáculos deste gênero: O *Grundriss der Historik*, de J. G. Droysen, traduzido em francês sob o título *Précis de la science de l'histoire* (Paris, 1888, in-8), é pesado, pedante e confuso para além do que possamos imaginar¹². Freeman, Tardiff e Chevalier não dizem nada que não seja elementar e previsto. Vê-se, ainda, seus êmulos discutirem, a perder de vista, questões estéreis. Se a história é uma arte ou uma ciência, quais são os deveres da história, para que serve a história, etc. – Por outro lado, é uma observação incontestavelmente exata que quase todos os eruditos e quase todos os historiadores atuais sejam, do ponto de

⁹ O tomo VII foi publicado em 1844. Mas o célebre Curso de Daunou foi professado no Collège de France de 1819 a 1830.

¹⁰ Os italianos da Renascença (Mylæus, Francesco Patrizi, etc.), e os autores dos dois últimos séculos depois deles se indagavam sobre quais eram as relações da história com a dialética e com a retórica; interessando-se em saber a quantas leis o gênero histórico está assujeitado; se é conveniente que o historiador relate as traições, os atos de covardia, os crimes, as desordens, se a história pode acomodar-se em um outro gênero que não o sublime, etc. – Os únicos livros sobre *Historik* publicados antes do século XIX, que acusam um esforço original em abordar os verdadeiros problemas são aqueles de Leglent du Frsnoy (*Méthode pour étudier l'histoire*, Paris, 1713) e de J. M. Chladenius (*Allgemeine Geschichtswissenschaft*, Leipzig, 1752). O de Chladenius foi citado por E. Bernheim (o. c., p. 166).

¹¹ Nem sempre se deu prova de bom senso, pois, lê-se no *Cours d'études historiques* (VII, p. 105), a respeito do tratado *De l'histoire*, publicado em 1670 por L. Moyne, obra muito fraca, para não dizer mais nada, onde traços de senilidade são visíveis: “Não pretendo, a este respeito, adotar todas as máximas, todos os preceitos que este tratado traz consigo; mas creio que, depois daquele de Luciano, é o melhor que encontramos; e duvido muito que, entre aqueles que nos falta conhecer se encontre algum no mesmo grau de filosofia e de originalidade”. P. H. Chérot julgou mais moderadamente o *De l'histoire*, em seu *Étude sur la vie et les œuvres du P. Le Moyne*, Paris, 1887, in-8, p. 406 e seguintes.

¹² E. Bernheim declarou, entretanto (o. c., p. 177), que este opúsculo é o único, a seu ver, que “auf der jetzigen Höhe der Wissenschaft steht”.

vista do método, autodidatas, formados unicamente pela prática ou pela imitação e a freqüência aos mestres anteriores.

Mas, por mais que muitos escritos sobre os princípios do método justifiquem a desconfiança geralmente professada pelos escritos desta espécie, e que a maioria das pessoas do meio tenham podido se dispensar, sem inconvenientes aparentes, de ter uma reflexão sobre o método histórico, é excessivo, do nosso ponto de vista, concluir que os eruditos e os historiadores (sobretudo os futuros eruditos e os futuros historiadores) não tenham nenhuma necessidade de dar conta dos procedimentos do trabalho histórico. – Na verdade, a literatura metodológica não é inteiramente sem valor: ela formou, lentamente, um tesouro de finas observações e de regras precisas, sugeridas pela experiência, que não são do simples senso comum¹³. E, se existem pessoas que, por um dom da natureza, raciocinam sempre bem, sem terem aprendido a raciocinar, será fácil opor a estas exceções os casos inumeráveis onde a ignorância da lógica, o emprego de procedimentos irracionais, a ausência de reflexão sobre as condições de análise e de síntese em história, têm viciado os trabalhos dos eruditos e dos historiadores.

Na realidade, a história é, sem dúvida, a disciplina em que é mais necessário que os trabalhadores tenham uma consciência clara do método dos quais se servem. A razão é que em história os procedimentos do trabalho instintivo não são, não precisaríamos muito o repetir, procedimentos racionais; é necessário, então, uma preparação para a eles resistir. Por outro lado, os procedimentos racionais para que se atinja os conhecimentos históricos diferem tão fortemente dos procedimentos de todas as outras ciências, que é necessário aí se aperceber de características excepcionais para se defender da tentação de aplicar à história os métodos das ciências já constituídas. Pode-se explicar, assim, porque os matemáticos e os químicos podem prescindir, mais facilmente que os historiadores, de uma “introdução” aos seus estudos.

Não é o caso de se insistir, em demasia, sobre a utilidade da metodologia histórica; pois é evidente que, a pouco, isso já foi constatado. Mas é necessário explicar os motivos que nos levaram a compor a presente

¹³ R. Flint disse muito bem (*o. c.*, p. 15): “The course of Historic has been, on the whole, one of advance from commonplace reflection on history towards a philosophical comprehension of the conditions and processes on which the formation of historical science depends.”

obra. – Desde cinqüenta anos, um grande número de homens inteligentes e sinceros refletiu sobre o método das ciências históricas; naturalmente, conta-se entre eles muitos historiadores, professores universitários, muito mais habilitados que outros para conhecer as necessidades intelectuais dos jovens, mas, também, lógicos de profissão e, mesmo, romancistas. Fustel de Coulanges deixou, na Universidade de Paris, uma tradição a este respeito: “ele se esforçava, diziam muitos¹⁴, em reduzir a fórmulas muito precisas as regras do método...; a seus olhos não havia nada mais urgente que ensinar aos estudiosos do meio como chegar à verdade”. Entre estes homens, alguns, como Renan¹⁵, se contentaram em enunciar, a respeito, breves observações em suas obras gerais, ou em seus manuscritos de circunstância¹⁶. Outros, como Fustel de Coulanges, Freeman, Droysen, Lorenz, Stubbs, de Smedt, von Pflugk-Harttung, etc., expuseram, em seus opúsculos especiais, seus pensamentos a respeito. Há grande quantidade de livros, “aulas inaugurais”, “discursos acadêmicos” e artigos de revista publicados em todos países, mais particularmente na França, na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Itália, sobre a metodologia em seu conjunto e sobre suas diversas partes. Seria, sem dúvida, um trabalho útil coordenar as observações dispersas e perdidas em volumes e brochuras. Mas esse trabalho sedutor não é mais necessário fazer: ele já foi feito, em grande medida. Ernest Bernheim, professor na Universidade de Greifswald, debruçou-se, com grande proveito, sobre quase todos os escritos modernos sobre o método histórico; ele agrupou em quadros cômodos, e, em grande parte, novos, grande quantidade de considerações e referências selecionadas. Seu *Lehrbuch der historischen*

¹⁴ P. Guiraud, na *Revue des Deux Mondes*, 1º de março de 1896, p. 75.

¹⁵ E. Renan fez algumas das mais justas e mais fortes considerações que tinham sido feitas sobre as ciências históricas em seu *L'Avenir de la science* (Paris, 1890, in-8), escrito em 1848.

¹⁶ Algumas das observações mais engenhosas, mais tópicas e de caráter mais geral sobre o método das ciências históricas foram formuladas até aqui não em livros de metodologia, mas em revistas –

das quais a *Revue critique d'histoire et de littérature* é sintomática – consagradas à crítica de livros novos

de história e de erudição. É um exercício extremamente salutar percorrer a coleção da *Revue critique*,

fundada em Paris, em 1867, “para impor o respeito do método, para acabar com os maus livros, para reprimir os desvarios e o trabalho inútil.”

Methode (Leipzig, 1894, in-8)¹⁷ condensa, à maneira dos *Lehrbücher* alemães, a literatura especial do assunto que trata. – Não temos a intenção de recomeçar o que ele tão bem soube fazer. – Mas pareceu-nos que nem tudo foi dito, após laboriosa e sábia compilação. Primeiramente, Bernheim trata, amplamente, de problemas metafísicos, que cremos desprovidos de interesse. Em seguida, há a considerar que, embora racional a doutrina do *Lehrbuch*, falta-lhe vigor e originalidade. Enfim, o *Lehrbuch* não se volta para o grande público; permanece inacessível (seja pela língua, seja pela forma) à imensa maioria do público francês. Isso basta para justificar nossa proposta de escrever a presente obra ao invés de recomendar, simplesmente, a obra de Bernheim¹⁸.

II

Esta “Introdução aos estudos históricos” não tem a pretensão de ser, como o *Lehrbuch der historischen Methode*, um tratado de metodologia histórica¹⁹. É um esboço sumário. Nós o iniciamos no início do ano letivo de 1896-1897, com o objetivo de advertir os novos estudantes da Sorbonne do que os estudos históricos são e devem ser.

Constatamos, desde há muito, pela experiência, a urgente necessidade de esclarecimentos desta espécie. A maioria daqueles que se engajam na carreira da história, na verdade, fazem-no sem saber por que; sem se perguntarem jamais se são aptos aos trabalhos históricos, dos quais ignoram, freqüentemente, até a natureza. Primeiramente, decidem escolher a carreira de história pelos motivos mais fúteis, ora porque obtiveram bom desempenho em história no colegial²⁰, ora porque atribuem às coisas do passado uma espécie de atração romântica que, segundo alguns, decidiu a vocação de

¹⁷ A primeira edição do *Lehrbuch* é de 1859.

¹⁸ O que foi publicado de melhor até aqui, em francês, sobre o método histórico, é uma brochura de Ch. V. Mortet, a *Science de l'histoire*, Paris, 1894, in-8 de 88p. Extraído do tomo XX da *Grande Encyclopédie*.

¹⁹ Um de nós (Seignobos), propõe-se publicar, mais tarde, um Tratado completo de metodologia histórica, desde que haja público para este gênero de obra.

²⁰ Não saberia afirmar certamente que os estudos de história, tal como os praticamos no liceu, não supõem as mesmas aptidões que os estudos históricos tais como os praticamos na Universidade e na vida. – Julien Havet, que se dedica, mais tarde, aos estudos históricos (críticos), achava-os fastidiosos no liceu. “É, creio, diz L.

Augustin Thierry; às vezes também porque têm a ilusão de que a história é um disciplina relativamente fácil. Importa, seguramente, que estas vocações impensadas sejam o mais rápido possível esclarecidas, e postas à prova.

Tendo feito, a jovens, uma série de conferências como “Introdução aos estudos históricos”, pensamos que, com alguma revisão, estas conferências poderiam ser aproveitadas por outros com a mesma finalidade. Os eruditos e os historiadores de profissão, sem dúvida, nada aprenderão; mas se eles aqui encontrarem somente um tema para reflexões pessoais sobre hábitos que alguns dentre eles praticam de uma maneira mecânica, já terá valido a pena. Quanto ao público, que lê as obras dos historiadores, não seria pertinente desejar que saiba como estas obras foram feitas, afim de melhor aproveitá-las e melhor julgá-las.

Nós não nos voltamos, pois, somente, como Bernheim, aos especialistas presentes e futuros, mas, ainda, ao público que se interessa pela história. Isso obrigou-nos a sermos concisos, claros e, também, o menos técnicos possível. Mas, nesses casos, quando se é conciso e claro, parece-se, freqüentemente, superficial, banal ou obscuro, tal é, como o vimos acima, a vergonhosa alternativa da qual somos ameaçados. – Sem dissimularmos a dificuldade, sem crê-la insuperável, ensaiamos dizer, claramente, o que tínhamos a dizer.

A primeira metade do livro foi redigida por Ch. V. Langlois, a segunda por Ch. Seignobos; mas os dois colaboradores se ajudaram constantemente, resolvendo, de comum acordo, os problemas examinados²¹.

Paris, agosto de 1897.

Havet, que o ensino de história (nos liceus) não é organizado para alimentar suficientemente o espírito científico... De todos os estudos compreendidos no programa dos liceus, o de história é o único que não chama o aluno ao controle permanente. Quando ele aprende latim e alemão, cada frase de uma versão é a ocasião de verificar uma dezena de regras. Nos diversos ramos da matemática, os resultados não são jamais separados de suas demonstrações; os *problemas*, por outro lado, obrigam o aluno a repensar tudo por si mesmo. Onde estão os *problemas* em história, e que aluno já experimentou, por seu próprio esforço, procurar ver claramente o encadeamento dos fatos?” (*Bibliothèque de l'École des chartes*, 1896, p. 84).

²¹ M. Langlois escreveu o livro I, o livro II até o capítulo VI, o apêndice II e o presente prefácio.; Seignobos, o fim do livro II, o livro III e o apêndice I. O capítulo I do livro II, o capítulo V do livro III e a conclusão foram redigidos conjuntamente.

Introdução aos estudos históricos. Resenha de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos

François Simiand (1898).

O pequeno livro de Langlois e Seignobos é destinado aos estudantes de história¹. Muitos mestres, ou qualificados como tais, ganhariam em dele tirar proveito; assim como, também, todos aqueles que, sem serem necessariamente historiadores, empregam o método histórico.

O conhecimento histórico não tem outra característica que não aquela de ser um conhecimento indireto; os sentidos do observador atingem não o próprio fenômeno estudado, mas somente traços deste fenômeno. O conhecimento histórico é, então, empregado nas próprias ciências da natureza, todas as vezes que o fenômeno acontece e não pode se reproduzir (transformações geológicas) ou não está ao alcance da observação do sábio (eclipse visível somente em um outro país); mas não deixa de ser, aí, excepcional. Ele é, ao contrário, a regra, e a observação imediata, a exceção nas ciências morais, nas ciências sociais, onde se trata, o mais freqüentemente, de fenômenos que não são evocáveis à vontade (os fatos não se reproduzem mais que uma vez entram nessa categoria), ou não são, praticamente, observáveis pelo indivíduo. O conhecimento destes fatos, subtraídos à observação pelo tempo ou pelo espaço é, então, o resultado de uma operação intelectual, de um raciocínio construído sobre os traços conhecidos destes fatos, chamados documentos. É em virtude dos fatos o mais freqüentemente estudados por este procedimento serem fatos passados, e fatos passados da vida da humanidade, que este modo de conhecimento foi

¹ J. Ch V. Langlois e Ch. Seignobos, *Introduction aux études historiques*, Paris, Hachette et Cie, 1898, 1 vol. in 16, XVIII - 308 p.

especialmente nominado histórico, sendo a história o estudo do passado da humanidade.

A análise dos diversos raciocínios necessários para conduzir rigorosamente do documento ao fato pesquisado, e a crítica de sua legitimidade e de seu valor formam a segunda parte da obra de Langlois e Seignobos. A primeira parte, consagrada à heurística, ou método de pesquisa dos documentos, e à questão das ciências auxiliares da história concerne, especialmente, ao historiador de profissão, e não é citada aqui mais que para lembrança. – O documento é muito raramente um traço material do fato, ligado a ele por leis físicas conhecidas (carvão calcinado e fogo); é, em geral, de natureza psicológica, nesse sentido, que um espírito humano, ao menos, e freqüentemente muitos, intervém entre o fato e nós para dele tirar, intencionalmente ou não, o traço que possuímos; todos os documentos escritos são desta espécie. – Diante de um documento escrito, é necessário, primeiramente, se indagar se a forma aí presente é correta, exata, completa, em uma palavra, se ela é idêntica à forma de origem; um trabalho é, freqüentemente, necessário para restabelecer este último (crítica de restituição). Na seqüência, qual é a origem, a autenticidade, etc? Além da série de problemas que constitui a crítica de proveniência. Com a classificação das fontes que as coroam, estas duas críticas formam a crítica externa ou, a crítica da erudição. – Mas, com a determinação do texto e da origem, a tarefa da crítica não está inteiramente concluída : uma crítica interna, muito freqüentemente esquecida, ou mesmo negligenciada, faz-se necessário. É necessário se indagar o que o autor quis dizer, no sentido literal e no sentido real (crítica de interpretação), e, na seqüência, se ele acreditava no que dizia (crítica de sinceridade), enfim, se ele não se enganou ou quis nos enganar (crítica de exatidão). – Todo este trabalho crítico é complicado e difícil. As ciências da natureza não são isentas, mas isto nelas é mais simplificado: nenhum sábio verificou pessoalmente todas as proposições de sua ciência, mas, quando se reporta às observações dos outros, é somente às observações de sábios competentes, feitas segundo um método definido; a possibilidade de um controle é, de resto, um estimulante eficaz para a honestidade e para o valor da observação. Nas ciências morais e históricas, a regra, pode-se dizer, é que as observações recolhidas nos documentos existentes sejam feitas sem método e por homens que não tenham consciência ou não tenham inquietação para realizarem o trabalho científico. – Uma crítica rigorosa é indispensável, - ela tem, tanto mais, necessidade de ser recomendada, aprendida e praticada com afínco, visto que a credulidade, ajudada, ainda,

pela preguiça humana, é a única inclinação espontânea. É muito ruim fiar-se a uma sorte de instinto: “O instinto natural de um homem lançado à água é de fazer tudo o que é necessário para se afogar”².

Cada uma dessas críticas reconhecidamente necessárias, crítica de restituição, crítica de proveniência, classificação crítica das fontes, crítica de interpretação, crítica negativa da sinceridade e da exatidão, é objeto de um capítulo tão substancial de fundo quanto de forma. Seria trair duplamente os autores dar aqui um resumo de sua obra: seria dela retirar o atrativo que a envolve, o caráter concreto, pitoresco, freqüentemente picante da exposição, e a riqueza dos numerosos exemplos; e seria, também, diminuir sua utilidade e seu valor, pois, o enunciado abstrato dos princípios gerais e freqüentemente conhecidos ou pressentidos seria, de bom grado, tido como banal; mas o detalhe preciso das obrigações que carregam, das dúvidas que suscitam, das operações que permitem e daquelas que condenam é, mais geralmente, o que muitos historiadores não tem consciência, ignoram ou desconhecem: é justamente este detalhe que, analisado e descrito aqui com uma precisão e uma sofisticação notáveis de observação psicológica e de reflexão filosófica, faz o trabalho original e meritório, digno de ser adquirido. O capítulo da metodologia clássica, intitulado “a crítica do testemunho” (expressão muito inexata, tomada de um infeliz empréstimo da linguagem judiciária, visto desviar os historiadores do caminho desejado) é original. Não se tinha visto ainda, segundo meus conhecimentos, tão clara e seguramente evidenciar a natureza psicológica do conhecimento histórico, a grosseria de seus procedimentos, tão igual quanto a grosseria dos fatos ordinariamente estudados por ela, e a incerteza metódica de seus resultados, sobretudo quando se baseiam não sobre “concepções”, mas sobre “afirmações”.

Mas a análise não basta para constituir a história; uma série de operações sintéticas são necessárias para organizar em um corpo científico os fatos isolados, resultantes do estudo dos documentos. O terceiro livro da presente obra a isso é consagrado. – Os fatos históricos não parecem, de nenhum modo, aos fatos estudados pelas ciências da natureza: representando fenômenos naturais muito diversos, são ofertas em graus de generalidade muito diferentes, são localizados no tempo e no espaço, são, freqüentemente, notados de um coeficiente de probabilidade. Sobretudo, não há, em história,

² Cf. Ivi, p. 49.

objetos reais submetidos a uma observação verdadeira. Os fatos históricos, ou bem são seres viventes ou bem são objetos materiais que, conhecidos por documentos, não são, para nós, mais que representações intelectuais; ou, mais precisamente, imaginativas; ou, atos humanos que somos obrigados a representar à nossa imagem e daqueles que conhecemos; ou, motivos e concepções destes homens que representamos junto aos autores, juntos a um terceiro ou junto de nós mesmos. Os fatos históricos são, unicamente, fatos imaginados; a história é, essencialmente, subjetiva. Para que ela tenha alguma realidade, contudo, e algum fundamento, é necessário que a humanidade passada tenha sido parecida à humanidade atual: é o postulado de todas as ciências documentárias. Os termos por onde se exprimem os fatos da vida humana e social não têm sentido mais que nesta condição, e, portanto, pode-se observar como eles são vagos e mal definidos. “Fatos que não vimos, descritos em termos que não nos permitem representá-los exatamente, eis os dados da história³. Ora, as descrições as mais detalhadas são sempre incompletas: como preencher suas lacunas senão com o presente que conhecemos? Mas, como descobrir e respeitar ao mesmo tempo a diferença do passado e do presente que é, justamente, o objeto da história? É, assim, um trabalho de correção progressiva da imagem primeiramente formada que, perseguida metodicamente, torna-se a própria obra do historiador. É necessário partir dos dados gerais comuns para a humanidade, e os especializar pouco a pouco para endereçar uma espécie de questionário aplicado ao passado estudado.

A necessidade de limitar uma pesquisa no caos dos fatos históricos obriga a operar uma classificação em grupos possíveis. Se quisermos ultrapassar o procedimento grosseiro que fez a classificação unicamente baseada em condições exteriores de tempo e de local, o problema é difícil e ainda mal resolvido. Propomos aqui uma classificação fundada sobre a natureza das condições e das manifestações da atividade, da qual aqui estão os grandes traços: condições materiais: estudo dos corpos, estudo do meio, - hábitos intelectuais (não obrigatórios): língua, artes, ciências, filosofia e moral, religião, costumes materiais (não obrigatórios): vida material, vida privada, - costumes econômicos: produção, transformação, transportes e indústrias, comércio, repartição, - instituições sociais: família, educação e instrução, classes sociais, - instituições públicas (obrigatórias): instituições

³ Cf. Ivi, p. 190.²⁵ Cf. Ivi, pp. 205-206.

políticas, instituições eclesiásticas, instituições internacionais. Esta classificação se combina com aquela exterior para formar seções cronológicas, geográficas ou nacionais; a ordem de organização dos fatos, que pode ser cronológica, geográfica ou lógica, ou (um pouco mais forçadamente) mista, depende do assunto e das circunstâncias. Os fatos individuais e particulares não podem ser negligenciados em proveito dos fatos gerais, ao passo que eles têm uma influência: “Em um quadro reduzido aos fatos da vida política, não haveria lugar para a vitória de Farsália, ou para a tomada da Bastilha, fatos acidentais e passageiros, mas sem os quais a história das instituições de Roma ou da França não seria inteligível⁴”. Existem numerosas preocupações a serem tomadas no estudo dos “hábitos” e das dificuldades especiais para cada ordem entre eles. Não basta dizer da construção de um estado de sociedade, é necessário aperceber-se de sua evolução. Mas uma história geral permanece indispensável para recolher os fatos únicos dos quais a evolução não pode se dispensar para determinar as conjunturas, os acasos por onde os sentidos encontram diversas ordens de fatos estudados; na verdade, ela permanece confundida com uma história política.

O lugar dos fatos tirados dos documentos nesses quadros revela, em geral, imediatamente, consideráveis lacunas. Somente o raciocínio pode ensaiar combatê-las. Pode ser negativo: do silêncio dos documentos, conclui-se que tal fato não existiu; isso não é mais que verdadeiramente legítimo se o fato torna-se, na verdade, inconfundível de ser notado nos documentos que possuímos. O conhecimento pode ser positivo: de um fato (ou da ausência de um fato relatado por um documento) conclui-se um outro fato (ou a ausência de um outro fato); isso não é mais que legítimo se a maioria geral, por onde o liame é estabelecido entre os dois fatos, é fundamentada, e se a minoria, a existência do primeiro fato, é exata. Em todo caso, o conhecimento deve sempre ser consciente, e ser dado ao público pelo que ele é.

Se supuséssemos classificados e estabelecidos da melhor maneira todos os fatos que podemos conhecer, a obra histórica poderia ser dada como acabada? É um escrúpulo concebível neste ponto não querer fazer uma escolha, forçosamente subjetiva, entre os grandes fatos e os “pequenos fatos”. Mas, praticamente, é impossível chegar a isso. A ciência é, por essência, uma obra de economia, consistindo “em recolher lentamente uma quantidade

⁴ Cf. Ivi, pp. 205-206.

de fatos detalhados e os condensar em fórmulas fluidas e incontestáveis⁵". A história deve, primeiramente, como todas as ciências da vida, exprimir os fatos ricos de detalhe em fórmulas descritivas. A dificuldade é se entregar ao laconismo sem renunciar à precisão. Estas fórmulas devem exprimir o caráter, o entendimento, a duração dos fatos, sejam eles gerais, ou hábitos, sejam únicos, ou acontecimentos. Mas elas não devem ser mais que qualitativas; para a determinação da quantidade, recorre-se, com uma certeza decrescente, à medida, à enumeração, à avaliação, à quantificação e, enfim, à uma generalização freqüentemente mal fundada. – Mas, as fórmulas descritivas obtidas permanecem, ainda, por serem lidas por fórmulas de conjunto, com a prévia precaução de determinar o valor variável dos resultados. Este conjunto de instituições, de grupos humanos, de acontecimentos, não podendo ser fundidos uns aos outros, pode ser objeto de comparações, seja segundo as categorias de fatos especiais (línguas, religiões, artes comparadas), seja segundo os grupos concretos de indivíduos (aqui, não nos assentamos, ainda, sobre o objeto de estudo). Os fatos simultâneos ligados entre si, o próprio consenso, tem necessidade de ser explicado. Esta pesquisa das causas é muito difícil quando renunciemos à explicação providencial, ou às explicações metafísicas ainda correntes (a teoria do progresso, por exemplo), que não tem muito valor de um ponto de vista estritamente científico. Propomos transpor à história o método das ciências naturais, o método comparativo, mas as tentativas feitas tiveram a infelicidade de "operar sobre noções abstratas, em parte arbitrárias, por vezes, mesmo, sobre aproximações de palavras sem conhecer o conjunto de condições onde são produzidos estes fatos⁶". O conhecimento completo deste conjunto de condições é mais ou menos impossível em história, e, portanto, a determinação de uma causa o exigiria. O melhor e o mais conhecido, em suma, são, ainda, as causas acidentais, os acontecimentos. Em todo caso, a pesquisa das causas dos fatos gerais procederá, sempre, por analogia com o presente; ela deve, seriamente, para atingir as causas, tanto da solidariedade quanto da evolução, remontar hábitos sociais até os homens, indivíduos pensantes e atores sociais, ser capaz de evoluir, o que é a única realidade concreta. É o fim ideal da construção histórica.

⁵ Cf. Ivi, p. 228.

⁶ Cf. Ivi, p. 252.

Preceitos sobre a exposição histórica são, ainda, necessários: a história “literária”, sob suas diversas formas e seus diversos graus, é rigorosamente condenada. Os procedimentos da única exposição a recomendar, da exposição científica, seja monográfica, seja mais geral, são, na seqüência, muito claramente descritos. – Para concluir, a história não é um vão trabalho de espírito; se ela não é, neste ponto, capaz de fornecer preceitos práticos, ela tem a utilidade de fazer compreender o presente, e, ainda, de tornar possível a constituição das ciências sociais, mas, sobretudo, ela é um excelente instrumento de cultura intelectual.

*

* *

Este breve resumo da terceira parte do livro de Langlois e Seignobos (esta parte foi, diz-nos uma nota da introdução, escrita por Seignobos) basta, penso, para mostrar que o livro é uma obra muito interessante para os sociólogos. – O problema, contudo, é uma espécie de desconfiança para os termos, as noções, os questionamentos usuais na metodologia feita por filósofos ou sociólogos. – O que Seignobos chama “hábito”, está bem próximo de ser o que muitos entendem por fenômeno social; o epíteto de social lhe serve exclusivamente de rubrica para agrupar a família, a educação e as classes sociais, assim como os usos da vida material e da vida privada são chamados “comunidades materiais”, a língua, a religião, etc., agrupados sob o título de “hábitos intelectuais”; Espanta que o termo lei, sobretudo, aquele de “lei empírica” no sentido feliz que define Mill, não venha designar noções inteiramente vizinhas. O vocabulário pessoal não desconsidera em nada a inteligência do livro, visto ser clara e francamente definido. Mas corresponde a uma atitude de pensamento mais profunda, da qual as conseqüências são visíveis.

É notável que, depois de ter tão bem demonstrado que o conhecimento histórico é, na verdade, somente um modo de conhecimento, e não caracteriza, de nenhum modo, uma ciência, o autor faça, na seqüência, a síntese em torno da noção de história ciência. Parece-se considerar que as ciências do homem e morais são credoras à história, sendo, por outro lado, também constituídas por ela; nesse caso, parece que as ciências, sobretudo as ciências sociais têm, simplesmente, o caráter comum de ser não puramente especulativas e construtivas, mas comparativas e históricas, e que, incapazes de se limitarem ao estudo dos fenômenos presentes que lhes

concernem estudam, cada uma historicamente, estes mesmos fenômenos no passado. A história não é nada mais que um procedimento de conhecimento. As ciências naturais fazem uso, também, do conhecimento indireto, seja no tempo, seja no espaço. E o agrupamento segundo este modo de conhecimento é, antes de tudo, útil: um viajante da África Central descreve, por sua vez, a fauna e a flora dos países que atravessa; um geólogo que descobre um terreno revela os fósseis animais e vegetais ao mesmo tempo que estuda a rocha. Mas, o agrupamento é inteiramente provisório; o único agrupamento científico e definitivo é aquele que se funda sobre a natureza dos fenômenos. As noções recolhidas são classificadas na geologia propriamente dita, a paleontologia animal, vegetal, na zoologia, na anatomia, na psicologia, na botânica; deixa-se à vulgarização a história da terra antes do dilúvio, e as descrições da natureza tropical. Por que o processo do conhecimento seria o princípio da união das ciências da humanidade muito mais que nas outras ciências, e não como, nestas ciências, a natureza dos fenômenos? Por que ele se torna o procedimento principal deixa de ser um simples procedimento? Por que tradicionalmente os quadros de pesquisa são assim instituídos esta é a razão de nisso não perseverar? Por que o hábito desviou nossa curiosidade em todas essas matérias e a tornou anedótica, convém não reagir, e, neste ponto, esforçar para torná-la propriamente científica? Há, sem dúvida, esta objeção de que os fatos individuais, os acontecimentos, não são de nenhuma forma negligenciáveis em história, visto que, sem eles, a evolução destes fatos abstratos, das instituições, é, freqüentemente, inexplicável. Aqui, ainda, as ciências sociais não diferem das ciências naturais mais que pelo grau: o aumento do leito de um golfo pode, em o transformando em lago, levar a uma evolução curiosa dos animais marinhos que permanecem no seu interior; este fato, científico para o geólogo, é um fato do acaso para o anatomista; o anatomista tem necessidade de conhecer o que ali se deu, pois ele estuda cientificamente a evolução das formas animais das quais este “acidente” foi a causa determinante. O número destes acontecimentos contingentes dos quais dependeu a produção de tal ou tal de seus fenômenos é maior nas ciências sociais; mas o papel, do ponto de vista metodológico, não é outro. Uma disciplina especial pode ser aqui necessária para estabelecer a coletânea destes fatos individuais, contingentes (ou para serem entendidos como tais no ponto de vista de cada ciência, bem como possam, eles mesmos, serem determinados), por causa de sua quantidade e da dificuldade de alcançá-los; mas esta disciplina, teoricamente acessória e subordinada, não pode ser

considerada, ela mesma, como a ciência principal. Para dizer a verdade, as palavras podem permanecer as mesmas; pode-se, aí, ter um interesse prático, administrativo ou profissional para que alguns grupos continuem a portar o epíteto de históricos. O que importa é que o espírito e o ponto de vista aí sejam verdadeiramente científicos.

Indicações bibliográficas

BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. *As escolas históricas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1983.

CARBONELL Charles-Olivier. *L'historiographie*. Paris: PUF, 1991. Coleção "Que sais-je ?".

LEFEBVRE Georges. *La naissance de l'historiographie moderne*. Paris: Flammarion, 1971. Coleção «Nouvelle bibliothèque scientifique».

NORA Pierre. «L'Histoire de France» de Lavisser. In : _____ (Org.), *Les lieux de mémoire, II. La Nation - L'Héritage, historiographie, paysages*. Paris: Gallimard, 1986. pp. 317- 375.

PROST Antoine. «Charles Seignobos revisité», *Vingtième siècle*, n. 43, juillet-septembre 1994, pp.100-118

NOME: _____

Name: _____

ENDEREÇO: _____

Address: _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA SUSPENSÃO
DA REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Textos Didáticos

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13081-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

<http://www.ifch.unicamp.br/pub>

morewa@unicamp.br

Tel.: (19) 3788.1604 / 3788.1603

Telefax (19) 3788.1604